

**A INDUSTRIALIZACAO NO INTERIOR DO CEARA:
EXPERIENCIAS EM AMBIENTES PLANEJADOS.**

EURIPEDYS EWBANK ROCHA

BCME - BIBLIOTECA

CATIVO

FORTALEZA - 1988

**A INDUSTRIALIZACAO NO INTERIOR DO CEARA:
EXPERIENCIAS EM AMBIENTES PLANEJADOS.**

125 p.

EURIPEDYS EWBANK ROCHA

OVITA

1988

BCME - BIBLIOTECA

BCME - BIBLIOTECA

BCME - BIBLIOTECA

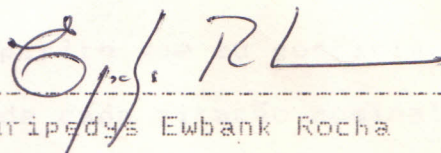
CATIVO

**DISSERTACAO SUBMETIDA A COORDENACAO
DO CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA, COMO
REQUISITO PARA OBTENCAO DO GRAU DE MESTRE.
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA**

FORTALEZA - 1988

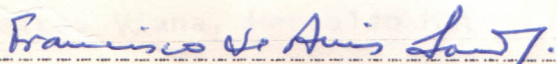
Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre em Economia, outorgado pelo Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará - CAEN - e encontra-se a disposição dos interessados na biblioteca do referido curso.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

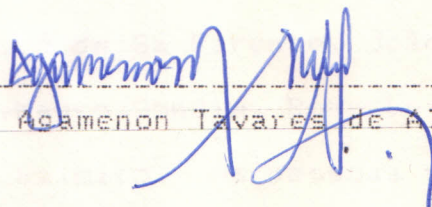


Euripedys Ewbank Rocha

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30.12.1988.

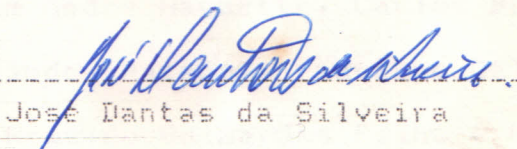


Francisco de Assis Soares
Orientador da Dissertação



Acamenon Tavares de Almeida

BCME - BIBLIOTECA



José Dantas da Silveira

AGRADECIMENTOS

As investigações nas Ciências Sociais sempre são trabalhos coletivos. No caso específico da História Econômica esta coletividade expande-se, aprofunda-se e consolida-se na formação de uma comunidade dentro da qual o autor usualmente é apenas um concatenador de uma longa série de idéias. É dentro deste espírito que eu gostaria de situar os agradecimentos. Assim, por detrás de cada citação nominal telegráfica existe uma história de boa-vontade, interesse e importante contribuição para as conclusões encontradas neste trabalho.

Na consulta bibliográfica, meus agradecimentos para Adeilta Salmito, Edna Pinheiro, Eduardo Caracas, Graças Parente, Margareth Souza Pinto, Maria do Livramento Mota e Teresa Haguette.

Prestaram ricos depoimentos Carlos Brunet Martins, Carlos Negreiros Viana, Heraldo Matos, João José de Sá Parente, João Vilar, José Justino, Luiz Ethewaldo Guimarães, Mauro Gondim, Roberto Pamplona de Moura, Sebastião Monteiro e Walfrido Salmito. As pessoas responsáveis pelas apresentações formais que possibilitaram a realização da maioria dessas entrevistas foram André Haguette, Carlos Brunet Martins Filho, Ermengarda Santana, Fernando Macedo, Francisco Callou, Luiz Alberto Cordeiro Leite, Luiz Ethewaldo Guimarães Filho e Maria Salete Mendonça Bastos.

Sandra Maria dos Santos Cartaxo proporcionou o ambiente de confiança e descontração, essenciais para a decolagem do empreendimen-

to.

Wagner Chacon realizou os trabalhos de revisão, elaboração das tabelas e normalização da tese.

Francisco Santos de Oliveira , Francisco Correia de Oliveira , Ronaldo de Arraes e Albuquerque , Suely Salgueiro Chacon e Aprigio Locio Botelho ensinaram e deram as mais amplas condições de uso dos microcomputadores do CAEN.

Agamenon Tavares de Almeida e José Dantas da Silveira abriram mão de inúmeros compromissos profissionais para participarem da banca examinadora.

Francisco de Assis Soares conduziu o desenrolar das investigações com dedicação, permitindo um saudável clima de liberdade intelectual.

Assuero Ferreira assegurou o apoio global crucial, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Para Teresinha, Alcides, Leônia e Samara, minha primeira família

cearense

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - A ECONOMIA INDUSTRIAL NO ESTADO DO CEARÁ ANTES DE 1960.....	4
3 - AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	11
3.1 - A herança das agências regionais de desenvolvimento instaladas a partir de 1950 no Nordeste.....	11
3.2 - O Banco do Nordeste do Brasil.....	12
3.3 - A contribuição da SUDENE.....	20
3.4 - A atuação da CODEC.....	26
3.4.1 - Construção da infra-estrutura.....	26
3.4.1.1 - Energia.....	27
3.4.1.2 - Rodovia.....	28
3.4.1.3 - Abastecimento de água.....	29
3.4.2 - Criação de zonas industriais.....	29
3.4.3 - Análise das oportunidades regionais.....	30
3.4.3.1 - A capacidade de auto-financiamento e os incentivos oferecidos pela CODEC aos investimentos industriais realizados no Ceará.....	31
3.4.3.2 - Os critérios hierárquicos de estímulo aos investimentos.....	32
3.4.3.3 - Os incentivos proporcionados pela CODEC.....	34
4 - O PROJETO ASIMOW E A INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CEARÁ.....	37
4.1 - Razões da escolha da região do Cariri para o Projeto Ásimow.....	37
4.2 - Vocações industriais da região do Cariri.....	40
4.2.1 - Concretização das vocações industriais da região do Cariri.....	41
4.3 - As críticas a atuação do Projeto Ásimow na região do Cariri.....	45
4.4 - Pontos positivos da implantação do Projeto Ásimow na Região do Cariri.....	47

4.4.1 - Integração da Universidade Federal do Ceará com a prática de planejamento industrial.....	48
4.4.2 - Implantação da mentalidade industrial na comunidade caririense.....	49
4.4.3 - A divulgação da região do Cariri em termos de viabilidade industrial.....	50
4.4.4 - A atração da atenção das agências governamentais para a região do Cariri.....	51
5 - A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ASIMOW EM SOBRAL.....	54
5.1 - A escolha da cidade de Sobral e a necessidade de mudanças no Projeto Ásimow.....	54
5.2 - A mudança do Projeto Ásimow para PUDINE.....	57
5.2.1 - Síntese dos objetivos do PUDINE.....	58
5.3 - As implemetações realizadas pelo PUDINE.....	64
6 - UMA AVALIAÇÃO EMPÍRICA DOS PROJETOS ASIMOW.....	70
6.1 - Caracterização da economia industrial no Estado do Ceará até 1959.....	70
6.2 - Definição e mensuração de indicadores para aferir o desempenho do Projeto Ásimow.....	73
7 - CONCLUSÕES.....	87
8 - APÊNDICES.....	90
APÊNDICE A.....	91
APÊNDICE B.....	92
APÊNDICE C.....	96
APÊNDICE D.....	115
APÊNDICE E.....	122
9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

Cada vez mais assuntos como desemprego e subemprego urbano, superpopulação das capitais e condições mínimas de bem-estar, para as populações residentes nas periferias de nossas cidades, ganham maior espaço nos debates, tanto nos meios acadêmicos quanto nos de comunicação de massa. Das diversas soluções propostas fica o consenso de que a interiorização industrial é um poderoso instrumento de combate a estes problemas sociais.

O estado do Ceará não escapa desta estrutura problemática. Daí nosso interesse neste trabalho consistir em investigar a matriz da localização industrial no Estado.

No capítulo 2 deste trabalho define-se o primeiro momento de configuração desta matriz. Chamaremos este primeiro surto de industrialização espontânea no Estado, que irá compreender o período de 1880 até 1960.

Veremos que, contrariamente a uma suposta estagnação industrial, hipoteticamente atrelada ao mau desempenho dos produtos cearenses na pauta de exportações, existiram momentos de dinamismo do setor secundário que, embora não demonstrassem longa duração, só vieram a ser arrefecidos quando da consolidação do processo de substituição de importações realizado no país, com predominância na região centro-sul, na década de cinquenta.

O capítulo 3 analisa o segundo momento na estruturação do desenho matricial. Ele vai caracterizar-se pela emergência da atuação do Estado na tentativa de recuperar as distorções causadas pela hegemonia da substituição de importações em detrimento da economia exportadora nordestina e, em particular, da cearense. São examinadas as atuações do BNB, SUDENE e CODEC, sendo que esta última agência de desenvolvimento merece atenção especial por se tratar de instituição que cuidou exclusivamente dos problemas ligados à industrialização do Estado do Ceará.

BCME-BIBLIOTECA

O capítulo 4 introduz o estudo do Projeto Asimow. Este projeto apresentou uma importante inovação na confecção da matriz. Ele se preocupou unicamente com a implantação industrial na região do Cariri. Além deste fato, seus métodos de atuação eram bastante diferenciados em relação aqueles utilizados pelas agências regionais e estadual de desenvolvimento. É dada ênfase, portanto, também a este conjunto inovador de técnicas de atuação de planejamento.

O capítulo 5 se define pelo estudo da mais importante ramificação do Projeto Asimow, denominada como PUDINE - Projeto Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste e aplicada em Sobral. O PUDINE se constitui numa melhoria em relação às práticas observadas no Projeto Asimow e teve papel importante na ocupação de estratégica área da matriz de localização industrial.

Realizado o delineamento da formação matricial da localização do parque industrial cearense, o capítulo 6 se encarrega do aspecto quantitativo da questão. Ele consiste na discussão de uma coletânea de indicadores alusivos às medidas da magnitude da industrialização no interior do Estado do Ceará relativamente às realizadas na capital do Estado. Os resultados ali expostos se tornam relevantes na medida em

que reforçam a validade das iniciativas realizadas pelo Projeto Asimow e pelo PUDINE na região do Cariri e em Sobral.

Na conclusão a atenção concentra-se na absorção das técnicas de planejamento da industrialização trazidas pelo Projeto Asimow pelas agências de desenvolvimento regionais mantidas pelo governo federal. Tal absorção causou uma redefinição das propostas de atuação das agências de desenvolvimento regionais existentes na época, bem como motivou a aceleração da criação de outras agências, inclusive de âmbito nacional. Deste modo, tenta-se mostrar a abrangência das idéias do Projeto Asimow para a prática do planejamento industrial no Brasil.

Neste capítulo procura-se mostrar quais os principais vetores que influenciaram o perfil da industrialização no Estado do Ceará.

A escolha do período se deve ao fato de que, em relação ao limite inferior, o ano de 1880 pode ser considerado uma boa referência para o aparecimento das primeiras manufaturas no Estado e, quanto ao limite superior, o ano de 1960 significa o início de um período de atuação conjugada das principais agências regionais de desenvolvimento (DNOCS - Delegacia Nacional de Obras Contra as Secas; CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco; BNB - Banco do Nordeste do Brasil; e SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

No século XVIII, a base econômica do Estado do Ceará se fortaleceu com a expansão das atividades pecuaristas de cunho eminentemente extensivo em relação ao uso da terra e que se caracterizavam na época como um empreendimento para o qual se poderia entrar com pequeno aporte de capital. (14:54-64)

Essas duas faces da atividade pecuária no Estado do Ceará inviabilizavam o surgimento de manufaturas no ramo dos têxteis, tal como aconteceu nos estados nordestinos cuja economia se baseava na cultura de cana-de-açúcar. Em primeiro lugar, a própria fragmentação da atividade não permitia a necessária acumulação concentrada, pré-requisito para a inicialização da atividade fabril. Por último, o público consumidor se encontrava excessivamente disperso para viabilizar um poten-

cial de demanda, além de praticar relações de troca essencialmente não-monetárias, como numa economia típica de escambo.

Entretanto não se pode dizer que nesta etapa do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará havia ausência de industrialização com certa base tecnológica de então. De algum modo, o Estado se caracterizou na atividade de conservação de alimentos, especificamente da carne bovina, alcançando bons resultados aí e se afirmando como principal fornecedor nacional. Entretanto, com a aparição de secas prolongadas esta indústria nascente sofreu um forte revés e não mais se recuperou. (16)

BCME - BIBLIOTECA

A este respeito assim se pronunciou Raimundo Girão: " Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas no Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram no pequeno arraial de São José, hoje cidade do Aracati.(...) O Ceará enriquecia-se com o negócio das carnes preparadas, e eis que nova calamidade o assalta, a seca de 1790-1793, espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladora da rendosa indústria."(15:149/59)

Foi com o aparecimento do cultivo do algodão que a economia cearense criou os primeiros alicerces para a industrialização. Na sua instalação a cultura do algodão requisitou o emprego de quantidades pequenas de capital, sendo por isso ideal para os agricultores que desejassem associá-la com o plantio de alimentos para a subsistência. Mas foi no aspecto da comercialização que residiu a principal diferenciação econômica entre as duas atividades. A cultura do algodão, fortemente vinculada ao mercado externo, para ser convenientemente escoada, exigia certo aporte de capital e organização e fez surgir uma classe de comerciantes estrangeiros, residentes em Fortaleza, que adquiriam os pequenos lotes de produção e a partir daí passavam a admi-

mstrar a oferta do produto. (2:4-5)

Como o preço do algodão estava sujeito às oscilações do mercado externo e apresentou uma queda sensível (tabela 1) principalmente depois da recuperação da economia norte-americana pós-guerra da secessão, os comerciantes viram na industrialização do algodão uma virtual saída, voltando-se parcialmente para o mercado interno.

BCME-BIBLIOTECA

TABELA 1 - Receita obtida com a exportação de algodão.

Ano	Valor (\$000)*
1869	4.911.190
1870	4.033.040
1871	4.503.356
1872	3.070.278
1874	2.608.364
1875	1.456.223
1876	1.163.313
1877	444.485
1878	283.214
1879	354.695

FONTE: Girao, Raimundo. Historia economica do Ceara (15 : 219)

NOTA: * Representa mil reis.

Do desejo dos comerciantes exportadores e da capacidade de Fortaleza se colocar como centro urbano qualificado, surgiram as primeiras oportunidades para aqueles indivíduos com características de empresários. (2:6)

Assim, entre 1880 e 1930, se verificou a instalação de treze fábricas no ramo têxtil, sendo uma localizada em Aracati, outra em Sobral e as demais em Fortaleza. (2:1)

A segunda grande guerra com suas requisições a nível de vestuário tratou de sustentar temporariamente a demanda pelos artigos produzidos nas fábricas do Ceará, como mostra a tabela 2:

TABELA 2 - Receitas obtidas com a exportação do algodão e quantidade exportada.

Ano	Receita (em US\$)	Quantidade (em Kg)
1938	50.466	28.037.116
1939	55.080	27.080.116
1940	70.000	28.000.000
1942	69.470	21.004.007
1943	116.403	27.070.545
1944	165.000	30.000.000

FONTE: Girao, Raimundo. História econômica do Ceará. (15 : 219)

O crescimento da receita, aliado a uma queda das quantidades exportadas, indica a receptividade do mercado para o algodão na época da segunda guerra e a disponibilidade de matéria-prima para a industrialização local, sendo que, dos anos referidos, somente 1942 caracterizou-se como um ano de seca.

A indústria química foi um outro ramo tradicional no Estado do Ceará, tendo surgido também em decorrência da cultura do algodão. Ela especializou-se na fabricação de óleos vegetais, para os quais o algodão funcionava como a matéria-prima essencial. **BCME-BIBLIOTECA**

Até 1930 haviam se instalado 6 firmas neste setor. De 1930 a 1940 se fixaram 37 estabelecimentos no setor, dado, por si só, significativo, reforçado pelo contraste da instalação de apenas uma firma no ramo têxtil. Deste modo, dadas as implicações negativas que o processo de substituição de importações teve sobre o ramo têxtil, é possível imaginar que o crescimento do setor químico representou a saída dos empresários cearenses (e da própria agricultura) no sentido de utilizar a matéria-prima em uma atividade que não fosse tão frágil à penetração pelas indústrias instaladas no centro-sul, assim como se revelou o ramo dos têxteis. Nesse sentido a indústria química teve crucial importância como preservadora da base agrícola de fornecimento de insumos, deixando-a inalterada para uma posterior retomada do crescimento do ramo dos têxteis, que só veio acontecer com a eclosão da segunda guerra mundial. (14:204-16)

Um subsetor da indústria química para o qual se tem maior detalhamento de informações é aquele referente ao beneficiamento da oiticica. Houveram tentativas da fabricação de sabão desde 1876, mas somente em 1929 foi instalada a fábrica C. Pamplona e Companhia que, ao operacionalizar as atividades, deu as bases para a chegada da Brasil

Oiticica, que se instalou em 1934.

A industrialização da oiticica se beneficiou também do evento da segunda guerra mundial, já que o óleo produzido se destinava à composição de tintas que eram utilizadas em veículos bélicos. Assim a exportação do óleo salta de 5.000 toneladas em 1938 para 18.000 toneladas em 1941. Nesse último ano o produto passou a ocupar a primeira posição na pauta de exportações do Estado. (15:438-41)

No período compreendido entre 1950 e 1960, o quadro geral de desempenho das indústrias tradicionais foi desalentador, (Tabela 3), revelando de forma indireta o impacto da aceleração do processo de substituição de importações, iniciado na década de trinta e redefinido na década de cinquenta em escala de mercados nacionais por parte do parque industrial sediado no centro-sul.

Tanto na década de trinta como na de cinquenta, a atuação do Estado se voltou exclusivamente para criar condições favoráveis para a indústria sediada no centro-sul (um dos mecanismos correntes foi a taxa de câmbio favorável à importação de bens de capital), mesmo que isto implicasse em graves perdas para a região nordestina. (9)

TABELA 3 - Desempenho da industria tradicional no Estado do Ceara.

Genero de Industria	Ano	Numero de Estabelecimentos	Numero de Operarios
Quimica	1949	36	1.126
	1959	41	1.040
Textil	1949	190	4.362
	1959	140	4.596
Alimentos	1949	1.270	13.535
	1959	787	3.186

FONTE: Censos Industriais, 1950-60.

Tanto pela ótica das implantações realizadas como pela ótica de demanda de trabalho, observou-se o desempenho modesto (ou negativo) dos setores tradicionais da economia cearense. Além dos casos discutidos, acrescentou-se o setor de alimentos para ilustrar a violenta contração sofrida, prenúncio do comportamento de setores caracterizados por empresas extremamente frágeis a qualquer tipo de concorrência que envolvesse o uso de tecnologias mais modernas na produção. No geral, a economia do Estado do Ceará passou de 2.572 estabelecimentos em 1950 para 2.230 em 1959, e de 26.782 operários contratados para 16.878.

Concluindo, a economia cearense, do ponto de vista industrial, não foi capaz de dinamizar suas tradições e atrelá-las aos dois momentos essenciais do processo de substituição de importações ocorridos nas décadas de trinta e cinquenta. Este isolamento gerou uma posição de atraso em relação ao setor secundário do Centro-Sul.

BCME - BIBLIOTECA

3 - AS AGENCIAS DE DESENVOLVIMENTO.

3.1 - A herança das agências regionais de desenvolvimento instaladas a partir de 1950 no Nordeste.

Tanto o BNB como a SUDENE tiveram, ao se instalar, duas referências importantes para a consolidação de suas formas de atuação.

A primeira delas foi o desempenho do DNOCS ao longo de sua existência como instituição destinada a estudar e oferecer alternativas para minimizar os efeitos da seca no Nordeste.

O DNOCS, cuja atuação começou em 1909, pela sua própria incumbência institucional apresentou um tipo de atividade bastante fragmentada, tanto a nível geográfico como de tipologia de ação. Deste modo, atividades como a pesca, pesquisa botânica, construção de estradas e de açudes estavam sob sua jurisdição, o que resultava num organograma excessivamente ramificado. Ao longo dos anos, esta ramificação se tornou um canal propício à manipulação, por parte dos políticos da época, no sentido de converter a instituição num instrumento de apoio para seus interesses pessoais. (18:50-65)

A segunda, a CHESF, instalou-se em bases completamente diversas. Com o objetivo de distribuir energia para o Nordeste a partir de seus potenciais hidrelétricos, a companhia foi montada dentro de es-

treitos critérios obedientes às limitações tecnológicas da área elétrica, ficando, desde a sua inauguração, imune à atuação clientelista. (18:65-74)

Dessa dupla experiência os planejadores da economia brasileira se convenceram que as novas agências regionais de desenvolvimento deveriam trazer em seus estatutos um rigor suficiente para colocá-las em segurança no tocante às questões que interferissem em sua autonomia. Para isso era necessário que elas não tivessem um número absurdamente grande de atribuições, como aquelas que foram designadas ao DNOCS.

Era também necessário que elas tivessem uma pauta de objetivos bastante bem definida e que pudessem se autofinanciar, pré-requisito indispensável para as suas autonomias em todos os sentidos. Dentro deste panorama foram pensadas as modernas agências de desenvolvimento. No plano regional, o BNB e a SUDENE, no plano estadual, a CODEC (Companhia do Desenvolvimento Econômico do Ceará).

Será objetivo deste capítulo mostrar que estas bases formais da fundação das agências de desenvolvimento se revelaram insuficientes para acelerar a industrialização do interior do Estado do Ceará.

3.2 - O Banco do Nordeste do Brasil.

Munidos do precedente da CHESF e conhecedores dos princípios da teoria econômica, relativos ao item planejamento, um grupo de assessores do presidente Getúlio Vargas começou a trabalhar a idéia de

um banco regional de desenvolvimento para o Nordeste. (3:54-89)

Tal proposta de trabalho sofreu forte influência do debate travado a partir da década de quarenta entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O primeiro defendia essencialmente uma intervenção do Estado na economia e o segundo era favorável a atuação somente das forças de mercado. (19)

Muito embora não tenha existido um vencedor neste debate, a discussão em si mobilizou setores do empresariado e segmentos mais esclarecidos da administração pública, criando condições para a manutenção e ampliação de segmentos ministeriais dedicados ao planejamento.

Outro fator relevante a ser lembrado é a prática constante de métodos de racionalização e otimização de recursos pelos países envolvidos na segunda guerra mundial.

A partir destas múltiplas aparições de modelos de intervenção governamental na economia de diversos países vão surgindo possibilidades, cada vez maiores, de consolidação do ideário da participação ativa do Estado na economia.

Foi fruto deste panorama nacional e internacional a aprovação da lei 1004, em 24 de dezembro de 1949. Esta lei, ao destinar 0,8% da reserva do tesouro federal para empréstimos à agricultura e à indústria do Nordeste, deu o suporte infra-estrutural para a mobilização dos diversos grupos sociais interessados, tanto na mudança da concepção da atuação do Estado na economia nordestina quanto na implantação de uma nova instituição na região. (3:38)

No início da década de cinquenta já existiam três condições essenciais para a maturação do BNB: o suporte jurídico-orçamentário, pessoal qualificado e motivado (oriundo da própria região) e a experiência exitosa da CHESF.

Tais condições eram mais do que suficientes para a tomada de ações, contudo havia a resistência da mais sólida instituição de crédito no país, o Banco do Brasil. Durante algum tempo após a aprovação da lei 1004, a administração do Banco do Brasil revelou-se cética em relação à real necessidade da criação de mais um banco ligado ao governo federal (3:62)

Era pensamento da administração do Banco do Brasil que um novo órgão financeiro viria fazer o que já estava sendo feito, com evidentes perdas de economia de escala no setor administrativo.

Após um conjunto de pressões políticas o BNB é instituído pela lei 1.649 em 19 de julho de 1952, levando aproximadamente dezoito meses para ser efetivamente instalado e iniciar suas operações de financiamento, com características de agência de fomento ao desenvolvimento.

BCME - BIBLIOTECA

A primeira característica interessante e que foi muito fiel ao espírito da idéia do banco se constituiu na criação do ETENE (Escritórios Técnicos do Nordeste). A base para a compreensão do ETENE era o conceito de que um grupo de profissionais de alta qualidade técnica poderia implantar mais velozmente as marcas da modernização no financiamento de investimentos. De fato, a direção do banco estava visando não só a segurança da exibição de garantias, como também a transição do perfil industrial tradicional para um mais dinâmico. Em uma região onde o pensamento do empresário estava fortemente condicionado à matriz da empresa familiar, havia a necessidade da criação de uma camada tecnoburocrática que supervisionasse a passagem da mudança de hábitos de gerenciamento prevaletentes para outros mais técnicos.

como se segue:

"O papel desses especialistas é indiscutivelmente relevante. Coube-lhes identificar pela primeira vez, com fundamento científico, os fatores que influíam sobre as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul; abriram, destarte, uma perspectiva diferente à interpretação das desigualdades regionais do país. Foram responsáveis, ademais, pela formulação de critérios para a locação dos recursos financeiros do BNB nos setores, principalmente de crédito industrial e agrícola. Contribuíram para que os empresários nordestinos aceitassem o projeto como um instrumento de tomada de consciência da viabilidade econômica de suas inversões de capitais. Contribuíram, ao mesmo tempo, para alargar o campo de treinamento em práticas de planejamento regional mediante programas de cursos e de bolsas. Com tal procedimento, estimularam a formação, dentro e fora dos círculos acadêmicos, de uma liderança motivada a buscar soluções para os problemas nordestinos." (4:15)

Havia tal qualificação de seus quadros para estabelecer uma diferenciação em relação ao pessoal do Banco do Brasil, não que estes não apresentassem uma preparação para as suas atividades, mas pelo fato da instituição ter sido preparada para atender através de muitas agências a um grande número de localidades. Esta amplitude trazia a nível de necessidades funcionais a exigência de um outro tipo de treinamento daquele desejado pelos diretores do BNB ao criarem o ETENE.

O BNB, se instalou convivendo com um cartel de demandas políticas. Desse modo, a idéia do ETENE, que trazia como pressuposto essencial a concepção de banco de segunda linha, foi alterada pela injunção política no sentido de trocar o apoio administrativo de base parlamentar pela instalação de agências nos Estados, cuja atividade básica foi o atendimento de crédito usual. (3:56-7)

É oportuno observarmos a tabela 4 a seguir, referente ao comportamento do crédito rural oferecido pelo BNB.

TABELA 4 - Crédito rural: operações contratadas no período 1954-59.

Ano	Crédito Direto	Crédito Indireto
1954	52	6
1955	2.181	72
1956	4.330	47
1957	3.677	59
1958	4.238	60
1959	5.464	72

FONTE: BNB-DERUR (Departamento de Crédito Rural) apud Pinto, Agerson Tabosa (23:80)

A velocidade de crescimento das operações de crédito direto - justamente aquelas que já eram praticadas anteriormente pelo Banco do Brasil - é muito mais acentuada do que as operações indiretas - aquelas que teriam um mínimo de preocupação com a questão da qualidade da expansão das empresas.

Estes dados embasavam a idéia da necessidade de fortalecer os agricultores como geradores da fonte primária de acumulação de capital que, num segundo momento seria canalizada para as atividades industriais. Este comportamento foi defendido pela administração do BNB, que se baseava no teor dos estatutos da sua fundação,

" O BNB foi criado como sociedade anônima de economia mista, da qual o governo é o principal acionista" (3:212)

BCME-BIBLIOTECA

Neste caso, nada mais natural do que ter a obrigação de apresentar anualmente uma lucratividade mínima para seus acionistas.

A argumentação acima traz à superfície a questão da lucratividade maior para os empréstimos de curto prazo. É inerente à economia capitalista que empréstimos de médio e longo prazo, pelo volume de recursos e também pela ampliação dos riscos, não se associem frequentemente a bons retornos.

O aspecto dos bons retornos e da lucratividade alta eram o alicerce e a espinha dorsal da integridade que a instituição pretendia preservar perante um determinado tipo de pressões políticas que cairiam na esteira do clientelismo.

"...o setor de crédito para desenvolvimento só veio dar resultados em fins de 1958, (...). De 1956 a 1960 os empréstimos para desenvolvimento industrial aumentaram quase seis vezes e o crédito rural especializado quase quadruplicou ..." (1:22)

Mesmo fazendo os devidos ajustes por conta dos índices deflacionários, a informação revela que o BNB na segunda metade da década de cinquenta, já podia considerar-se cumprindo o seu papel de banco de segunda linha.

Entretanto, se forem comparadas estas informações com as fornecidas pela tabela 5, será observado que, no mesmo período, aconteceram tendências declinantes em relação aos projetos apresentados ao BNB e, com exceção do ano de 1960, declinantes também em relação aos projetos deferidos pelo banco.

TABELA 5 - Projetos industriais no período 1956-59.

Ano	Projetos Apresentados	Projetos Deferidos	Projetos Indeferidos
1956	62	27	35
1957	49	16	33
1958	33	23	9
1959	18	17	1

FONTE: BNB-CARIN (Carteira Industrial) apud Pinto, Agerson Tabosa (23 : 84).

TABELA 6

PRINCIPAIS CENTROS INDUSTRIAIS DO NORDESTE
1958

MUNICIPIOS	Valor da Produção		Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Cr\$ milhões	%	nº	%	nº	%
Recife-PE	9370	32,31	355	29,17	25870	30,64
Paulista-PE	919	3,17	6	0,49	5044	5,97
Cabo-PE	695	2,40	14	1,15	2468	2,92
Goiana-PE	629	2,17	26	2,14	1390	1,65
Catende-PE	557	1,92	7	0,58	1925	2,28
Barreiros-PE	553	1,91	5	0,41	1906	2,26
Jaboatao-PE	535	1,85	22	1,81	1881	2,23
Escada-PE	528	1,82	11	0,90	2646	3,13
Água Preta-PE	490	1,69	3	0,25	966	1,14
Subtotal	14276	49,23	449	36,89	44076	52,23
Salvador-BA	5410	18,66	239	19,64	9904	11,73
S. Francisco-BA	1443	4,98	3	0,25	1725	2,04
Ilheus-BA	592	2,04	12	0,99	410	0,49
Subtotal	7445	25,68	254	20,87	12039	14,26
C. Grande-PB	993	3,42	67	5,51	1723	2,04
J. Pessoa-PB	516	1,78	48	3,94	1345	1,59
S. Rita-PB	447	1,54	25	2,05	1857	2,20
Subtotal	1956	6,75	140	11,50	4925	5,83
Maceio-AL	707	2,44	70	5,75	5678	6,73
Rio Largo-AL	706	2,43	30	2,47	3279	3,88
Subtotal	1413	4,87	100	8,22	8957	10,61
Fortaleza-CE	2612	9,01	173	14,22	8821	10,45
Sao Luis-MA	830	2,86	76	6,24	3727	4,41
Natal-RN	464	1,60	25	2,05	1857	2,20
TOTAL GERAL	28996	100,00	1217	100,00	84422	100,00

Fonte: Produção Industrial Brasileira - IBGE - 1958 apud
BNB/ETENE - "Recursos e Necessidades do Nordeste".
Recife, 1964

Além das capitais dos três maiores Estados em termos de produção industrial, foi observado que a relevância da industrialização no Nordeste se processa essencialmente no interior do Estado de Pernambuco.

É provável, portanto, que a esta concentração industrial no Estado de Pernambuco estivesse correlacionada a parcela majoritária dos projetos aprovados pelo BNB. (4:474-76)

Sintetizando, a atuação do BNB teve um valor estratégico especial no sentido de preparar as classes empresariais nordestinas para o fenômeno da modernidade, que em um de seus muitos aspectos, constituiu-se na intervenção abrangente do Estado na economia da região.

3.3 - A contribuição da SUDENE.

A SUDENE foi criada em 1959 com o objetivo de modernizar o caráter das iniciativas de planejamento no Nordeste.

A instituição foi fruto de um longo processo de tentativas e erros, cujo roteiro foi analisado por vários autores. (5:10:17)

De fato, ela implementou um complexo de idéias que traduziam a necessidade de uma atuação dinâmica do Estado federal no sentido de dotar a região nordestina de condições mínimas para integrar-se ao grande itinerário de articulação econômica com o centro-sul do país.

Exemplo clássico da ideologia desta transformação foi o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). O relatório feito pelo GTDN propunha a implantação de uma siderúrgica (com o intuito de exercer o papel de indústria germinativa), o estímulo a pequenas firmas substituidoras de importações do centro-sul, a mudança dos padrões administrativos nas tradicionais indústrias têxteis (com o sentido de reduzir custos e acelerar o poder de competição) e, por fim, a reutilização do solo nordestino para aumentar a produção e, conseqüentemente, baratear o custo de manutenção da mão-de-obra urbana que seria instalada na região das metrópoles regionais. (30)

A proposta do GTDN representava a "vanguarda da vanguarda" em termos de concepção de planejamento para o Nordeste. Superava em muito as alternativas anteriores representadas pelo DNOCS e CHESF, por ser generalista, integrada e levar em consideração as teorizações macroeconômicas. Em relação à atuação do BNB, a melhora qualitativa residia no fato da nova agência de desenvolvimento não atribuir ênfase ao financiamento e sim à disciplina da estrutura produtiva da região.

Todo o arsenal teórico dos técnicos da SUDENE na verdade se revelou insuficiente para alterar imediatamente o perfil da produção nordestina. Havia um quadro de rigidez que abrangia desde a ausência de visão moderna, por parte dos proprietários de terra e de industriais até a falta de mão-de-obra qualificada, tudo isto passando pela inexistência de atrativos locais a nível de demanda.

A partir de 1961 a situação se modificou fortemente nos aspectos formais e práticos. Foi aprovada no Congresso a Lei nº 3995, que no seu artigo 34 concedia abatimento de 50% no imposto de renda devido pelas empresas nacionais que se dispusessem a investir no setor secundário do Nordeste. (26:51)

A formulação inicial do artigo exigia uma paridade entre o montante de recursos obtidos através da isenção fiscal e os recursos próprios. Embora esta paridade não fechasse os caminhos para associações, onde um depositante financiasse a metade ou menor parte (no caso do empresário também ser um depositante) de um determinado projeto industrial, naturalmente que estas associações representavam uma perda do grau de liberdade para os empreendedores. **BCME-BIBLIOTECA**

O artigo 34 sofreu em 1963 duas modificações importantes, a primeira delas estendia a empresas de capital estrangeiro o direito de usufruir das isenções fiscais. A segunda alterava a composição entre o capital próprio e depósitos do artigo 34, permitindo, essencialmente três composições, a menor - onde o investidor participava com 75% do valor total do investimento, a original e a maior - onde o investidor participava com 25% do valor total do investimento. O conjunto destas modificações ficou sendo usualmente denominado de artigo 34/18. (26:51)

Estes acréscimos ao artigo 34 tinham um propósito bem definido de dotar o sistema de incentivos fiscais de uma flexibilidade maior, que permitisse um escoamento dos depósitos de uma forma dinâmica e partilhada com os interesses dos investidores.

Para que a SUDENE pudesse ordenar e justificar esta diversificação, se fez necessário o estabelecimento de um critério de prioridades hierarquizadas através de atribuição de pontos para a presença de determinadas qualidades consideradas estratégicas em relação à política de desenvolvimento da agência. Neste critério eram considerados aspectos como localização, uso de insumos nacionais, grau de integração com as demais atividades industriais da região, etc. (17:200-1)

Da junção das duas modificações mencionadas anteriormente surge um maior reforço para o procedimento de instalações de firmas baseadas em atividades capital-intensivas, visto que a maior flexibilidade adquirida era na verdade uma maior flexibilidade do fator capital, obtida através das deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas.

Especialmente falando, a flexibilização do artigo 34/18 privilegiou decisivamente os Estados da Bahia e de Pernambuco, justamente os dois em melhores condições de assegurar uma instalação de grandes capitais.

Por características geográficas, a Bahia, pela sua proximidade com a região dinâmica da economia nacional, carregou para si os projetos destinados à produção de bens intermediários que serviriam de insumos para as empresas sediadas no Centro-Sul do país. Estes projetos vieram se caracterizar como os de maior porte médio de toda a região nordestina .(17:283)

Pernambuco, tradicional fornecedor de têxteis e produtos alimentares industrializados do Nordeste, ficou responsável pela modernização e, também, pela substituição de importações, agora encarada pela ótica da produção de bens de consumo mais sofisticados, que adquiriram viabilidade e competitividade pelos mecanismos de incentivo fiscal. (17:283)

No contexto acima, o Estado do Ceará ficava essencialmente limitado a uma exploração das atividades industriais em que não se pôde pensar na produção de bens intermediários - devido à grande distância do Estado para a região do Centro-Sul - e tampouco na possibilidade de se tornar uma linha auxiliar de fornecimento regional de bens de consumo alimentares - desde que, historicamente e, também pelas facilida-

des de instalação de unidades produtoras maiores, Pernambuco exercia uma espécie de "monopsonismo" na captação de recursos para tais fins produtivos.

Vê-se, então, que o artigo 34/18 teve um caráter simultaneamente conservador e inovador. Inovador no sentido que linhas produtivas até então inéditas para o Nordeste foram incorporadas com muita velocidade e muita concentração pelo Estado da Bahia. Conservador porque linhas produtivas tradicionais foram ampliadas, modernizadas e sofisticadas, justamente no Estado onde elas já se haviam desenvolvido espontaneamente.

Restou ao Estado do Ceará a resignação de procurar os espaços deixados deliberadamente vazios pelos "captadores dinâmicos dos recursos do 34/18" e partir para implantações de porte relativamente reduzido e, por consequência, de alcance pequeno para a resolução de temas como geração de empregos diretos e indiretos, efeitos de integração vertical e horizontal e auto-sustentação do mercado local. (17:186)

Muitas críticas foram feitas em relação à destinação da maioria dos recursos do artigo 34/18 para os Estados da Bahia e de Pernambuco. (22:105-150)

Na realidade esta concentração é o espelho de um fenômeno amplo que acompanhou a SUDENE desde a sua fundação. Os debates travados a partir da divulgação do documento elaborado pelo GTDN fracionaram a classe política brasileira em duas grandes correntes, uma amplamente favorável à implantação de uma agência de desenvolvimento nos moldes do que veio a ser a SUDENE e outra defensora dos interesses do "status quo", mais especificamente, do DNOCS. Bastante cedo a fração defensora da instalação da SUDENE percebeu que somente uma ação extremamente coesa poderia servir para a aprovação da lei que instituiria a SUDENE

Deste modo, todo o ideário de conduta da SUDENE se baseou numa visão de um Nordeste homogêneo, porque esta homogeneidade era a bandeira de luta que fazia os parlamentares nordestinos esquecerem as particularidades de seus Estados em prol das vantagens que seriam auferidas com a implantação da nova agência.

O reflexo desta ênfase à homogeneidade após a implantação da SUDENE constituiu-se em normas de operação essencialmente neutras em relação à questão das desigualdades intraregionais. **BCME - BIBLIOTECA**

Assim, embora pudesse ser mencionado que a SUDENE possuía um regulamento rigoroso de pontuações para aqueles projetos que acelerassem o caminho da desconcentração espacial na industrialização do Nordeste, ao mesmo tempo poderia se contra-argumentar que este regulamento incluía uma série de outras qualificações (passíveis de pontuação), que eventualmente poderiam neutralizar a característica isolada da desconcentração.

Por hipótese, um projeto destinado a Salvador na área da produção de bens intermediários (categoria estimulada pela SUDENE, recebendo 20 pontos na escala de prioridades) poderia suplantar um projeto destinado a Fortaleza (15 pontos na escala de prioridade) se este último não possuísse qualificações suficientes para, somada à prioridade espacial, contrabalançar o incentivo aos bens intermediários.

Portanto, a isenção e generalidade dos critérios da SUDENE não permitiram uma atuação ostensiva da instituição no Estado do Ceará. Tornou-se necessária a criação de uma agência estadual de desenvolvimento com o intuito de prover o Estado de condições que assegurassem o dinamismo das implantações de projetos oriundos dos recursos do artigo 34/18.

3.4 - A atuação da CODEC.

A CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará) foi criada em 8 de novembro de 1962, através das Leis 6.022 e 6.083. Pelos seus estatutos ela foi definida como uma empresa mista, de controle acionário do Estado e com a tarefa específica de promover a industrialização do Ceará. (9:71)

A necessidade de uma instituição estadual com as características da CODEC resultou da observação, pelo governo estadual, da atuação das agências regionais de desenvolvimento, que, por mais rigorosas e anti-clientelistas que fossem, terminavam por alocar seus recursos em maior escala nos Estados da Bahia e de Pernambuco, por serem aqueles que ofereciam uma nítida vantagem em termos de infra-estrutura, mercados locais e regionais, pela maior proximidade com o Centro-sul.

Com o intuito de contrabalançar esta concentração, a CODEC optou por três linhas principais de ação: Construção da infra-estrutura; Criação de zonas industriais; e Análise de oportunidades industriais. (9:35)

3.4.1 - Construção da infra-estrutura

Em relação ao melhoramento das condições infra-estruturais a CODEC agiu em conjunto com os executores do PLAMEG (Plano de Metas do Governo), que tinha as seguintes expectativas em relação aos tópicos referentes à melhoria da infra-estrutura industrial, quais sejam:

energia, rodovias e abastecimento de água.

BCME-BIBLIOTECA

3.4.1.1 - Energia.

O quadro energético na segunda metade da década de cinquenta mostrava estagnado e quase inteiramente dependente da produção térmica (Tabela 7), a qual se identifica elevada restrição à expansão de atividades industriais.

**TABELA 7 - Capacidade instalada de produção de energia no Ceará
1955 - 9**

Ano	Total (em Kw)	Energia Termica (em Kw)	Energia Hidraulica (em Kw)
1955	26.630	25.925	435
1956	26.630	25.925	435
1957	25.529	24.965	564
1958	25.529	24.965	564
1959	25.529	24.965	564

FONTE: Plameg, 1963-66 (9:37).

Desta produção, insuficiente para atender a demanda estadual, a quase totalidade era distribuída para Fortaleza. A atividade industrial, portanto, era mantida através de geração própria, com altos custos de investimentos e manutenção. (9:37)

Para mudar esta situação o PLAMEG fixou como normas fundamentais a agilização de três companhias de distribuição de energia elétrica, a CELCA (Companhia de Eletricidade do Cariri) - administrada pela CHESF, a CONEFOR (Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza) e a CENORTE (Companhia de Eletrificação do Centro-Norte do Ceará) - as duas últimas administradas pelo governo estadual. (9:10-5)

Estas três companhias tinham como missão principal a distribuição de energia gerada pela CHESF, que se realizou através de um programa de implantação de um sistema de linhas tronco que partiu de Milagres (ao sul do Estado), passando por Banabuiú (na região do Baixo Jaguaribe), tendo ramificações em Araras (no Norte do Estado) e Russas (na zona Central do Estado). Por razões de proximidade geográfica com a usina de Paulo Afonso a primeira realização de distribuição para o Estado do Ceará aconteceu com a CELCA, no ano de 1962. A CONEFOR começou as suas operações em 1964 e a CENORTE em 1965. (7:41-3) (8:43-4)

3.4.1.2 - Rodovias

A principal meta rodoviária do plano era a estrada Crato-Boa Viagem-Camocim, com 688 km de extensão, unindo a região do Cariri a Sobral e ao porto de Camocim e, por conjugação, com a rodovia Fortale-

3.4.1.3 - Abastecimento de água

O governo estadual firmou um convênio com a SUDENE e o DNOCS para a construção da adutora de Acarape, que, inaugurada em 1966, ampliou a oferta de 25 milhões de litros em 1963 para 60 milhões de litros dentro do quadriênio 67/70. (9:74) (8:73-4)

3.4.2 - Criação de zonas industriais.

O Distrito Industrial de Fortaleza foi construído a partir de 1966 e concluído em 1967 por iniciativa da CODEC com o intuito de proporcionar as economias de aglomeração necessárias para o aproveitamento dos ganhos infra-estruturais relatados no item "c" da seção 2.4.1 deste trabalho. (8:83-4)

3.4.3 - Análise de oportunidades industriais.

Era tarefa essencial da CODEC contrabalançar a concentração de recursos do artigo 34/18 alocados nos Estados da Bahia e Pernambuco. As agências regionais de desenvolvimento não podiam dedicar uma grande atenção na descoberta de oportunidades industriais. Por sua própria concepção dinamizadora da incipiente atividade capitalista no Nordeste, achava-se que o investidor devia ter ampla liberdade para escolher os caminhos que julgasse mais adequados para a sua atividade industrial.

BCME-BIBLIOTECA

No Ceará, entretanto, se fazia crucial a aplicação de um trabalho intenso de esclarecimentos para os investidores, principalmente os locais. Os investidores locais tinham relativamente pouca vivência e careciam, portanto, de uma mostra de possíveis atividades a que pudessem se dedicar. Para aqueles de outros Estados devia ser mostrado com intensidade a gama de oportunidades e de dotações a nível de infra-estrutura - entendida aqui da maneira mais ampla, incluindo também disponibilidade de mão de obra, isenção de impostos estaduais, etc - da qual eles poderiam se beneficiar. Essencialmente, esta divulgação foi realizada através de publicação dos objetivos da CODEC nas revistas de maior circulação do Centro-Sul e da realização em Fortaleza, no ano de 1966, do I Encontro dos Investidores do Nordeste.(11)

Ao funcionar como intermediária entre as agências regionais de desenvolvimento e os investidores locais, a CODEC atuava como educadora da classe patrono-industrial local na compreensão dos passos necessários para a obtenção de financiamentos. De um modo mais geral, por-

tanto, a CODEC acelerava a integração entre a atividade privada e o governo federal, aliança decisiva para o entendimento da instalação do parque industrial nordestino.

Por último, a assistência técnica, ao longo das atividades operacionais da empresa era, também, um aspecto de difícil cumprimento por parte das agências regionais pelas suas próprias grandezas. Somente uma agência estadual pôde ter a proximidade suficiente para prestar esta espécie de apoio.

3.4.3.1 - A capacidade de autofinanciamento e os incentivos adicionais oferecidos pela CODEC aos investimentos industriais realizados no Ceará.

Seguindo a tradição da CHESF, a CODEC procurou, desde logo, fontes de autofinanciamento, seja de forma jurídica ou através da prestação de serviços. Isto porque, era a única forma das agências se preservarem dos interesses a nível de clientelismo.

Assim, do imposto de vendas e consignações, o governo estadual reservou 8% para a CODEC. Além disto, foi reservado para a CODEC 4% da receita tributária. Outras fontes de financiamento eram: juros e amortizações de empréstimos concedidos; dividendos de ações representativas de capital de sociedades instituídas, subsidiadas, financiadas ou subscritas pela CODEC; produto de alienação de suas ações; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; dotações espe-

tais da União, Estado e Municípios; auxílios financeiros provenientes de programas de cooperação nacional ou internacional. (9:73)

4.3.2 - Os critérios hierárquicos de estímulo aos investimentos.

BCME-BIBLIOTECA

A prioridade para a escolha dos projetos submetidos à CODEC se dá numa ordenação decrescente de acordo com a relação abaixo.

- a) instalação de indústrias básicas e germinativas;
- b) modernização, complementação ou ampliação de indústria existente, com elevação da respectiva rentabilidade;
- c) substituição de importações procedentes do estrangeiro ou de outras regiões do país, bem como a produção de bens exportáveis para o exterior ou outras regiões do país;
- d) aproveitamento de matérias-primas agrícolas e minerais produzidas no Ceará;
- e) absorção intensiva de mão-de-obra. (33)

Analisando-se estes critérios, observa-se que, enquanto os critérios da SUDENE possuíam uma pontuação rigorosa, os da CODEC eram muito mais gerais, estabelecendo apenas a ordem de importância de cada especificidade.

BCME-BIBLIOTECA

Esta propensão pela generalidade tem qualidades positivas e negativas. De positivo, um maior peso de sensibilidade dos técnicos no momento de fazer balanceamentos entre os diversos projetos submetidos à aprovação, desde que, a partir do instante em que um determinado projeto satisfizesse algumas das especificações e um segundo projeto satisfizesse outras, o poder de ponderação ficaria com a direção técnica da CODEC. A qualidade negativa seria justamente o complemento do parágrafo anterior, ou seja, ao flexibilizar os critérios se abrem espaços para escolhas que vão muito além da sensibilidade técnica.

Observa-se, por outro lado, uma linha comum nas relações de prioridade da SUDENE e da CODEC em relação às indústrias germinativas, as substituidoras de importações e aquelas utilizadoras de insumos locais em proporção significativa do total da pauta de insumos.

O que mais se destaca para as nossas investigações é a ausência da segunda prioridade da lista da SUDENE na relação da CODEC. A SUDENE reservou espaço para uma discriminação favorável aos projetos que pretendessem se instalar nos Estados menos desenvolvidos do Nordeste. A relação da CODEC não reservou um item semelhante para o nível subregional e, portanto, não privilegiou a instalação de indústrias nas localizações interioranas - pelo menos naquelas onde já existia uma certa tradição industrial (zonas do Cariri e Sobral).

A semelhança entre as duas escalas se verifica no beneficiamento das regiões que já dispunham de maiores vantagens a nível de urbanização e de infra-estrutura. Neste sentido a CODEC favoreceu a concentração industrial na cidade de Fortaleza.

3.4.3.3 - Os incentivos proporcionados pela CODEC

Com a finalidade de incentivar a industrialização a CODEC proporcionou as seguintes vantagens para firmas industriais que fossem implantadas:

- a) Isenção de impostos estaduais pelo período de cinco anos (renováveis): Este benefício era automaticamente concedido para as empresas que se instalassem no Estado do Ceará e cumprissem três requisitos: produzir um bem sem-similar na pauta dos produtos industriais do Estado; utilizar equipamentos novos e adotar tecnologia moderna.
- b) Isenção de impostos municipais na cidade de Fortaleza durante dez anos, desde que se cumprissem os mesmos requisitos estabelecidos no item anterior.

c) Antecipação dos recursos concedidos pela SUDENE para o investimento: Uma vez o projeto aprovado pela SUDENE, objetivando agilizar o andamento da implantação da empresa no Estado, a CODEC se dispunha a liberar por sua conta os recursos correspondentes, mediante uma taxa de prestação de serviços da ordem de 4% sobre o valor financiado. (9:73)

d) Participação da CODEC como acionista nos projetos aprovados pela SUDENE: No sentido de tornar mais atraente o investimento e também permitir que pequenos investidores pudessem comandar maiores empresas a nível de operacionalização, a CODEC abria a possibilidade de dividir o montante que o investidor particular teria de desembolsar, tornando-se acionista.

Para um projeto que recebesse da SUDENE um financiamento de 75% sobre o seu valor, dos 25% restantes o investidor poderia requisitar um financiamento do BNB no valor de 50%, ficando assim a sua parcela estipulada em 12,5% do valor total. Desses 12,5% a CODEC financiaria 50%, cabendo ao investidor particular a contribuição de apenas 6,25% do valor total do financiamento. (9:74)

Do exposto percebemos que a CODEC realizou um grande esforço para evidenciar as potencialidades de industrialização do Estado do Ceará. Entretanto, aconteceu a nível estadual o mesmo fenômeno ocorrido com as agências regionais de desenvolvimento, o favorecimento da

concentração das atividades na cidade de Fortaleza.

Da relação das 50 empresas assistidas pela CODEC até o ano de 1966, apenas 6 empresas não se localizavam em Fortaleza. Mais ainda, dessas 50 empresas, 33 recorreram à CODEC somente com a intenção de solicitar isenções de impostos estaduais, o que caracterizou a clientela da CODEC como uma classe de empresários já instalados.

Estes dados enfatizaram o comportamento tradicional da agência ao servir de veículo de agilização para demandas de caráter fiscal das empresas.

Concluindo, do exame das agências regionais e da CODEC, notamos que nenhuma delas pôde sustentar com a intensidade suficiente o apoio à desconcentração e, especificamente, à interiorização da indústria no Ceará.

BCME - BIBLIOTECA

4 - O PROJETO ASIMOW E A INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO CEARÁ.

4.1 - Razões da escolha da Região do Cariri para o Projeto Asimow.

O projeto Asimow nasceu da idéia do chefe de departamento de engenharia da Universidade da Califórnia - UCLA - professor Morris Asimow - de promover real integração entre os alunos da Universidade e a resolução dos problemas ligados à industrialização das regiões menos desenvolvidas do mundo.

O projeto se assentava na premissa de que, com a devida assistência técnica de profissionais recém-graduados pela UCLA, estas regiões poderiam se industrializar em tempo recorde.

Mais ainda, o projeto estava impregnado das melhores tradições da consolidação do processo de industrialização dos Estados Unidos. Ele incentivava a comunidade a aglutinar poupanças locais com o intuito de financiar os investimentos necessários à implantação das empresas. Motivava, também, entre a comunidade, a escolha dos diretores das empresas e dos gerentes, introduzindo assim a noção da grande empresa capitalista no estilo não familiar.

Do ponto de vista estritamente acadêmico, o projeto Asimow era um manancial de temas para a realização de teses dos estudantes da UCLA, desde que, à medida que eles iam se envolvendo com questões de

ordem tecnológica, ficava aberto o caminho para o entendimento e análise do cotidiano com os instrumentos oferecidos pela teoria.

A primeira experiência do Projeto Asimow ocorreu no Irã, no princípio da década de sessenta. Por esta ocasião, o Sr. João Gonçalves de Souza ocupava o posto de secretário-geral da Organização dos Estados Americanos - OEA. Cearense, ele rapidamente percebe que os objetivos do Projeto Asimow se ajustariam bastante bem ao seu Estado de origem. A partir daí, ele inicialmente faz contatos com Rubens Vaz da Costa, funcionário do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - para conseguir a cobertura financeira que a realização do projeto exigia. Prometidos os recursos, ele fez novos contatos, desta vez com o Reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC - professor Antonio Martins Filho. O professor Antonio Martins manifestou muita receptividade pelo projeto e assim os três começaram a tomar as providências necessárias para a efetivação de um contrato envolvendo as duas Universidades. (29:267-8)

A vinda do Projeto Asimow para o Estado do Ceará teve, portanto, como base, uma excepcional coincidência de pessoas interessadas ocupando os postos adequados para efetivá-la.

Chegada a equipe do professor Asimow à Fortaleza em 1962, ficou decidido, em primeira instância, que a Região do Cariri deveria ser visitada e examinada como um local onde se poderia implantar algumas empresas. Esta decisão foi calcada na importância que a Região do Cariri tinha em relação ao Estado, particularmente na produção agrícola e como tradicional centro cultural.

Realizada a visita, a equipe do professor Asimow - constituída de técnicos americanos vinculados à UCLA e de técnicos brasileiros vinculados à UFC e ao BNB (que cedeu quatro técnicos de formação supe-

rior para trabalharem no Projeto) - ratificou a escolha da Região do Cariri para a implementação do projeto, fundamentada nos seguintes motivos:

- a) Era a única Região do Estado já acessada à Usina de Paulo Afonso. Tal diferenciação implicava numa substancial vantagem comparativa em relação às demais regiões interioranas que ainda se abasteciam industrialmente com energia térmica;
- b) Geograficamente a Região representava um local de entroncamento entre as principais cidades de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Esta característica, aliada ao melhoramento das vias rodoviárias da Região, permitia uma facilidade de comunicação com os centros fornecedores e consumidores que não encontrava paralelo em nenhuma outra Região do interior do Estado;
- c) Havia uma sólida base agrícola e comercial na Região;
- d) Sendo uma Região com uma especificidade rara - o fenômeno das romarias a Juazeiro do Norte - rapidamente passou a contar com um expressivo contingente de migrantes que, entre outras qualidades, possuíam habilidades manuais considera

das acima da média apresentada por outros trabalhadores das demais regiões cearenses (inclusive Fortaleza).

4.2 - Vocações industriais da Região do Cariri.

BCME - BIBLIOTECA

Passou-se então à atividade de detectar oportunidades industriais. A equipe do professor Morris Asimow julgou adequada a seguinte lista de possibilidades:

QUADRO I

Oportunidades industriais sugeridas.	Justificativas
Ceramica	Disponibilidade de materias-primas. Baixa densidade de valor por unidade.
Montagem de transistorizados.	Qualificacao da mao-de-obra local para o tipo de atividade.
Industrializacao do milho	Disponibilidade de materia-prima. Baixa densidade de valor por unidade.
Fabricacao de sapatos	Qualificacao da mao-de-obra local para o tipo de atividade.
Fabrica de cimento	Disponibilidade de materia-prima. Baixa densidade de valor por unidade.
Fabrica de doces	Disponibilidade de materia-prima. Baixa densidade de valor por unidade.

Das sugestões especificadas, percebemos que suas justificativas se apoiaram, de forma bastante polarizada, nos itens relativos a produtividade do fator trabalho - produtos de baixa densidade de valor e disponibilidade de matéria-prima.

A ênfase do projeto se concentrava em empresas que iriam produzir bens finais para o mercado subregional. A hipótese dos bens exportáveis para o exterior não foi aventada.

Estas observações refletem a ótica da implantação industrial do Projeto Asimow. A correlação com o pensamento econômico acadêmico vem à tona quando lembrado que as duas bases de aferição de oportunidades industriais foram originariamente contribuições dos fundadores da teoria econômica clássica - Adam Smith e David Ricardo e suas idéias a respeito da eficiência da divisão social do trabalho e das vantagens comparativas. (28:21-6/111-29)

Outro sinalizador, típico do referencial acadêmico, foi a importância atribuída à formação de sociedades de capital aberto como infra-estrutura jurídica para a implantação de empresas. Mais uma vez, aqui se coloca o referencial da eficiência dos investimentos como parâmetro que influenciaria decisivamente o investidor na opção de alocar os seus recursos em determinadas atividades industriais.

4.2.1 - Concretização das vocações industriais da Região do Cariri

Das referências econômico-jurídicas citadas surgiu a tabela de implantações de empresas, citada a seguir:

Das sugestões especificadas, percebemos que suas justificativas se apoiaram, de forma bastante polarizada, nos itens relativos a produtividade do fator trabalho - produtos de baixa densidade de valor e disponibilidade de matéria-prima.

A ênfase do projeto se concentrava em empresas que iriam produzir bens finais para o mercado subregional. A hipótese dos bens exportáveis para o exterior não foi aventada.

Estas observações refletem a ótica da implantação industrial do Projeto Asimow. A correlação com o pensamento econômico acadêmico vem à tona quando lembrado que as duas bases de aferição de oportunidades industriais foram originariamente contribuições dos fundadores da teoria econômica clássica - Adam Smith e David Ricardo e suas idéias a respeito da eficiência da divisão social do trabalho e das vantagens comparativas. (28:21-6/111-29)

Outro sinalizador, típico do referencial acadêmico, foi a importância atribuída à formação de sociedades de capital aberto como infra-estrutura jurídica para a implantação de empresas. Mais uma vez, aqui se coloca o referencial da eficiência dos investimentos como parâmetro que influenciaria decisivamente o investidor na opção de alocar os seus recursos em determinadas atividades industriais.

4.2.1 - Concretização das vocações industriais da Região do Cariri

Das referências econômico-jurídicas citadas surgiu a tabela de implantações de empresas, citada a seguir:

TABELA 8 - Empresas implantadas pelo Projeto Asimow.

Nome da empresa (*)	Data da implantacao	Numero de acionistas	Data de aquisicao de equipamento	Investimento estimado (Cr\$ Milhoes)	Data da aprovacao do Projeto	Financiamento	
						Fonte	Valor (Cr\$ Milhoes)
CECASA	1962	160	10.1962 e 06.1964	350	1964	BNB CODEC	78 39
IESA	1962	150	01.1963	500	09.1964	BNB CODEC UFC	210 100 15
LUNA	1963	-	06.1963	220	-	-	-
IBACIP	1963	-	-	90	-	-	-
INAESA	1962	-	-	250	-	-	-

FONTE: Programas Universitarios de Desenvolvimento do Nordeste (PUDINE) do Brasil. (24 : 53)

NOTAS: (*) CECASA - Ceramica do Cariri S.A.
 IESA - Industria Eletromaquinas S.A.
 IMOCASA - Industria de Moagem do Cariri S.A.
 LUNA
 IBACIP - Industria Barbalhense de Cimento Portland S.A.
 INAESA - Industria de Alimentos Enlatados S.A.

Observa-se que a participação do BNB não alcançou em nenhum dos casos o patamar de 50%. Este dado torna-se mais grave quando notamos que inicialmente existia uma cláusula contratual que impedia o BNB de reajustar o valor nominal do crédito concedido às empresas. Como o caminho entre a aprovação e a liberação usualmente era longo, gerava-se uma pressão sobre os acionistas no sentido de aumentar seus esforços pessoais para alcançar valores reais suficientes para implementarem o projeto.

BCME-BIBLIOTECA

Ratificando a existência desses esforços, observamos que as aprovações dos projetos pela SUDENE aconteceram em prazos posteriores às aquisições de equipamentos. Esta conjuntura específica é importante para diferenciar a forma de atuação do projeto Asimow em relação às atuações da SUDENE e da CODEC. Enquanto o investidor padrão da SUDENE e da CODEC estava vinculado às liberações dos recursos financeiros para começar a atuar, os acionistas ligados às empresas orientadas pelo Projeto Asimow eram estimulados a agir mais de acordo com as regras tradicionais de aplicação de poupanças e realização de empréstimos.

A idéia matriz, apesar de ser razoável no sentido de estimular a capacidade de autogerenciamento, esbarrou com um obstáculo fortíssimo - as altas taxas de inflação dos anos 1963 e 1964. Ambas se situaram na vizinhança de 100% e atuaram como fator cumulativo - ao lado da demora da liberação dos recursos pelo BNB/SUDENE - para intensificar a participação real dos acionistas no valor total do investimento. Entretanto, para inflações de tal grandeza, cessam os virtuais estímulos à capacidade de autogerenciamento e começam as inviabilidades concretas à inicialização das atividades produtivas. (12: 36-7)

Das empresas especificadas somente três, IMOCASA, IESA e CECASA conseguiram, simultaneamente, os dois objetivos-chave do projeto: a aquisição de equipamentos suficientes para inicializar a produção e a constituição de uma sociedade anônima.

Com o objetivo de por em evidência a extrema precariedade financeira com que foram constituídas as sociedades anônimas, transcrevemos o comentário feito pela equipe que realizou uma auditoria no Projeto Asimow:

BCME - BIBLIOTECA

" Muitos agricultores não dispunham de dinheiro para a aquisição de títulos, mas o Sr. Justino (gerente da IMOCASA), dotado de grande capacidade de iniciativa, elaborou um contrato através do qual os compradores de ações pagariam 10% em dinheiro e 90% restantes em milho, entregue ao preço do dia do mercado, quando a fábrica estivesse pronta." (24:81-2)

A LUNA e a IBACIP funcionaram em condições distintas. A LUNA, que não se constituiu em sociedade anônima, ainda pôde se beneficiar de um financiamento da SUDENE a título de complementação, desde que ela já inicializara as suas atividades produtivas. Quanto à IBACIP, não teve o seu primeiro projeto aprovado pela SUDENE, na segunda tentativa, em 1967, o projeto logra aprovação e a empresa inicia suas atividades produtivas.

BCME - BIBLIOTECA

Das cinco empresas que conseguiram funcionar, dada a intervenção de planejamento do Projeto Asimow, apenas duas funcionam até hoje.

De fato, as três empresas restantes - LUNA, IMOCASA e IESA - encerraram suas produções ainda na década de sessenta. A falência das três empresas se deu basicamente por uma combinação de ineficiência administrativa com uma cobertura insuficiente de recursos financeiros por parte das agências de desenvolvimento. (*)

Especificamente, foi observado que das seis empresas que tiveram projetos encaminhados, as duas sobreviventes se concentravam no ramo da produção de bens intermediários para o setor da construção civil.

Do material citado no apêndice A vê-se que a CECASA passou por dificuldades financeiras, demonstrando poder de recuperação. Eventualmente, desta recuperação nasceu o desejo de reiniciar as atividades da IBACIP, que mantinha algumas características em comum com a CECASA a nível de perfil de demanda.

As outras tentativas, principalmente as três que chegaram a operacionalizar as produções - LUNA, IMOCASA e IESA - tinham como mer-

(*) Ver também Apêndice A desta obra.

cado prioritário a própria Região do Cariri. O insucesso comum das três companhias abre duas linhas de análise (admitidas as hipóteses das limitações das agências regionais de desenvolvimento para assistir convenientemente as empresas interioranas e que a atuação da agência estadual de desenvolvimento se realizou no limite de suas possibilidades financeiras):

a) Os projetos das três empresas referidas superestimaram a capacidade de demanda da Região pelos produtos em questão;

b) A abertura e modernização das vias rodoviárias ligando o Cariri à Fortaleza apresentou um saldo reverso para a região do Cariri, criando mais facilidades para penetração dos bens finais industrializados de consumo não-durável do que possibilitando o escoamento da produção industrial local para outras regiões.

A favor destas duas análises e, combinando-se com elas está o fato reconhecido da inexperiência administrativa dos gerentes das três empresas citadas, que tiveram de enfrentar, simultaneamente, a insuficiência de demanda e a concorrência de produtos de outras regiões.

Uma categoria crítica que não deve ser subestimada é a de caráter sociológico. Neste aspecto poderia ser discutido o impacto negativo da inclusão veloz de uma série de conceitos econômicos intimamente ligados a uma concepção moderna de capitalismo em uma comunidade de características essencialmente mercantis. Não houve o cuidado de esclarecer devidamente a comunidade sobre a amplitude desses conceitos e criar nela a necessária familiaridade com eles. Assim, rapidamente, comerciantes e fazendeiros que haviam se tornado sócios das empresas mergulharam num cotidiano onde eram frequentes as citações à SUDENE, CODEC, ações preferenciais nominativas, ações ordinárias ao portador, underwriting, etc. Naturalmente que este novo universo requisitava uma longa preparação tanto teórica quanto prática.

Daí que, aos primeiros problemas enfrentados, a administração do projeto tenha perdido o apoio da opinião pública da Região, justamente pelo fato de que ela formava os seus valores através de uma outra pauta de julgamentos, mais afinada com a lógica das atividades comerciais e agrícolas.

BCME - BIBLIOTECA

4.4 - Pontos positivos da implantação do Projeto Asimow na Região do Cariri

As conquistas do Projeto Asimow na Região do Cariri podem ser categorizadas em quatro itens: integração da Universidade Federal do Ceará com a prática de planejamento industrial; implantação da mentalidade industrial na comunidade caririense; divulgação da Região do

Cariri em termos de viabilidade industrial; e atração das agências governamentais para aquela Região.

4.4.1 - Integração da Universidade Federal do Ceará com a prática de planejamento industrial.

BCME - BIBLIOTECA

Das críticas comentadas no item anterior a respeito do superdimensionamento da demanda e da excessiva velocidade com que os novos métodos foram incluídos na Região do Cariri, parcela substancial da responsabilidade estava associada à orientação dos profissionais recém-graduados da UCLA.

Para dar maior evidência a este argumento, transcreve-se a análise da comissão de inspeção e avaliação do Projeto Asimow, publicada em 1965:

"Com exceção de três ou quatro componentes da equipe americana, compostas de recém-graduados e realizaram brilhante trabalho no Vale do Cariri, pode-se afirmar que os numerosos recém-graduados vindos ao Brasil pouca ou nenhuma cooperação prestaram ao programa, embora para eles fique reservada a cooperação financeira em dolares." (24:51)

Por ato reflexo, esta inadequação da maioria dos profissionais da UCLA viria a criar estímulos à UFC para tomar a si o controle efetivo das operações, tarefa que trouxe consequências importantes que serão analisadas na seção 5. Ora, fixou-se a idéia que um dos primeiros passos dados para que os técnicos da UFC, das mais diversas especializações, se engajassem no processo de assistência técnica industrial ocorreu por via indireta ao se avaliar a atuação dos técnicos da UCLA.

BCME-BIBLIOTECA

4.4.2 - Implantação da mentalidade industrial na comunidade caririense.

Apesar do superdimensionamento das plantas das empresas e da estrutura sofisticada no setor financeiro, o Projeto Asimow instalou as bases da administração industrial moderna no Cariri. Evidentemente pode ser discutido o altíssimo custo gerado pela implantação desta mentalidade. O fato é que, em questões relativas ao desenvolvimento econômico não é adequado pensar somente em efeitos de causa e consequência imediatos.

No capítulo dedicado aos impactos gerais do projeto Asimow se verá que sua influência se estendeu inicialmente por toda Região nordestina e, pouco depois, com modificações, pelo país inteiro.

No momento basta reter que a criação de uma classe, embora reduzida, de empresários afinados com o que havia de moderno em termos de gerenciamento e interdependência entre governo e progresso industrial particular, foi de extrema valia para a recomposição da configuração do Vale do Cariri.

4.4.3 - A divulgação da Região do Cariri em termos de viabilidade industrial.

A repercussão causada pelo Projeto Asimow foi muito propícia em termos de provocar nos empresários, tanto a nível estadual quanto a nível nacional o desejo de considerarem a Região do Cariri como local para instalação de seus projetos industriais. Assim, logo em 1965, é aprovado o projeto da CIMASA (Crato) que se propunha ao beneficiamento da mandioca. É possível admitir que esta variante de projeto industrial tenha sofrido alguma influência da atuação da IMOCASA, que até então, não transfigurava para a comunidade a gravidade de seus problemas financeiros.

Em 1968 a Cerâmica Norguaçu (Crato) teve seu projeto aprovado e aí a afinidade de propósitos industriais com a CECASA se torna evidente. Como reforço cita-se o fato de que a CECASA tornou-se a única remanescente do grupo das três empresas pioneiras. (31:6-7)

4.4.4 - A atração da atenção das agências governamentais para a Região do Cariri.

No processo de colocação de projetos para apreciação do BNE, o Projeto Asimow abriu um importante canal de comunicação entre a Região do Cariri e a tecnoburocracia estatal. Como foi visto nos capítulos precedentes havia limites institucionais bastante fortes que impediam uma maior atenção das agências de desenvolvimento regionais para a Região do Cariri.

Com a chegada do Projeto Asimow foi criado o fato político tão desejado e necessário. A partir de então não se tratava de começar da estaca zero, isto é, de uma situação onde a Região do Cariri não apresentasse nenhuma diferenciação das demais regiões postulantes da implantação de projetos ou até, rigorosamente falando, apresentasse desvantagens em relação às infra-estruturas das capitais nordestinas e de algumas cidades do interior com tradição industrial. Importava, naquele momento, o fato que existiam empresas funcionando e se fazia urgente uma atuação decisiva das agências para que não se deixasse todo aquele gasto em capital e esforço humano se perder.

Desta diferença crucial entre iniciar o que não existe e preservar o que pode ser perdido com grandes prejuízos nasceu um vínculo muito mais íntimo entre as agências citadas e a Região do Cariri. Vinculação esta que certamente se revelou útil nas posteriores avaliações de projetos submetidas às agências por empresários desejosos de in-

gressarem na atividade industrial da Região.

Isto pelo simples fato de que os parâmetros de julgamento a partir do Projeto Asimow já se encontrarem balisados. Já havia precedentes que podiam orientar os técnicos daquelas agências no sentido de saber as viabilidades da Região.

Os casos citados anteriormente da Cerâmica Norguaçu e da Cima-sa são exemplos de projetos que, ao serem analisados, devem ter se beneficiado das analogias precedentes da CECASA e da IMOCASA.

Mas neste item o objetivo básico é ressaltar que a atuação do Projeto Asimow permitiu à Região do Cariri a consideração necessária como usual veiculadora de pleitos de assistência financeira e industrial nos níveis estadual e regional.

BCME-BIBLIOTECA

Portanto, ao formular um projeto bem definido de implantações industriais na região do Cariri o Projeto Asimow estimulou também a implantação de firmas correlatas, que juntamente com as firmas planejadas formaram uma conjunção significativa de empresas, suficiente para constituir-se num polo de pressão regional.

Assim, embora com resultados aparentemente modestos em termos de produção, o Projeto Asimow contribuiu decisivamente para a mudança da Região do Cariri, caracterizada anteriormente (sob o ponto de vista econômico) pela predominância declarada das atividades agrícola e comercial, no sentido de consolidar a mentalidade empresarial no setor secundário.

Tal consolidação, importante na ótica da análise da atuação de uma estrutura de poder estadual que se traduz no atendimento simultâneo de inúmeras demandas dispersas espacialmente, conferiu maior poder de manobra para a Região do Cariri como um todo.

Naturalmente, esta conquista de maior nível de barganha deveu-se à atuação harmoniosa do Projeto Asimow, que embora um tanto dissociado das limitações regionais, ao operacionalizar um planejamento racional e inédito para a época de sua atuação catalisou para a Região do Cariri um volume de recursos impossível de ser alcançado pelas vias usuais de investimento.

BCME-BIBLIOTECA

5 - A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ASIMOW EM SOBRAL.

5.1 - A escolha da cidade de Sobral e a necessidade de mudanças no Projeto Asimow.

O Projeto Asimow realizou no Cariri uma atuação contraditória sob alguns aspectos.

Por um lado, a vinda de técnicos do porte do professor Asimow foi de grande impacto no sentido de trazer um sem-número de conceitos e procedimentos inatos ao capitalismo, que se fizeram imprescindíveis para que a região do Cariri viesse a almejar alguma parcela no desempenho industrial que viria a se instalar no Nordeste durante a década de sessenta. Por outro lado, as sucessivas comitivas de trabalho que vieram assessorar o professor Asimow não deixaram, em termos globais, uma boa imagem em relação à profundidade de conhecimentos técnicos, como foi frisado no cap.4 deste trabalho.

Havia, ainda, o problema do superdimensionamento usual do tamanho das plantas, provavelmente uma característica aprendida pelos técnicos americanos na sua formação, íntima de um capitalismo maduro com instalações de muito maior porte.

Incidentes também ocorreram quanto à percepção por parte da equipe no sentido de captar as reais motivações das pessoas que se dispunham a colaborar ativamente na realização das idéias do Projeto.

Em termos mais claros, o desconhecimento por parte das delegações da UCLA das peculiaridades sociais e econômicas da região não era compensado por um excepcional conhecimento técnico de seus membros (aliás, o que era de se esperar, pois se tratavam de recém-graduados sem nenhuma experiência profissional anterior) .

Nesta ausência de balanceamento, a fração brasileira da equipe do Projeto Asimow decide preservar os ideais do professor Morris Asimow, reconhecidamente uma pessoa que aliava suas características pessoais a competência e real interesse pela melhoria da qualidade de vida nas regiões não-industrializadas, preservando o controle administrativo e o direcionamento técnico aos profissionais brasileiros. (24:55)

BCME-BIBLIOTECA

Era importante, nesta nova concepção do programa, uma nova região de aplicação para os projetos de industrialização. A escolha natural recaiu sobre a cidade de Sobral. A cidade apresentava uma coleção razoavelmente diversificada de vantagens que a credenciavam folgadoamente em relação às demais regiões interioranas que ainda não haviam sido contempladas com a assistência técnica do Projeto Asimow, as quais são arroladas nos itens abaixo:

a) Antiguidade:

A colonização da cidade de Sobral iniciou-se no século XVIII, fruto da fuga de contingentes populacionais pernambucanos e baianos que se julgavam ameaçados pelas invasões holandesas. Este é um dado

bastante importante porque tal migração certamente trouxe consigo um número razoável de qualificações, principalmente no setor comercial .
(35:68)

Os contingentes migratórios, com suas qualificações profissionais, somaram-se à já frequente atividade pecuária na região, que sempre demonstrou um perfil de crescimento associado à ausência de oscilações típicas das atividades atreladas diretamente ao mercado externo.

Desta fusão de duas atividades relativamente dinâmicas nasce um locus de crescimento econômico rápido e que soube captar para si uma gama de conquistas educacionais e culturais. Assim, quando a equipe do Projeto Asimow inclinou-se por Sobral a cidade já contava com uma organização social suficientemente diferenciada para dar sustentação a um ideário novo e industrializante.

BCME - BIBLIOTECA

b) Localização Geográfica:

A cidade de Sobral possuía dois atributos importantes do ponto de vista da organização industrial. Em primeiro lugar, era banhada pelo rio Acaraú, o que viabilizava a demanda de água por parte das indústrias. Geograficamente, sua situação poderia se classificar como de ponto de tráfego entre as cidades de Parnaíba e de Fortaleza. A inserção entre estas duas cidades, a primeira um centro regional e a segunda um centro interestadual, era muito favorável para o escoamento de produtos industriais e, também, para a requisição de insumos necessários para as atividades industriais.

c) Tradição industrial:

Em decorrência das razões explicitadas nos itens a e b desta seção, a cidade de Sobral apresentava uma história no setor têxtil inigualada pela grande maioria dos demais municípios do estado do Ceará. Ela contava com uma fábrica - Ernesto Deocleciano - funcionando sem interrupção desde a década de 80 do século XIX. É natural que este símbolo de atividade fabril, somado à característica quantitativa de ser uma das maiores firmas do setor em todo o Estado, se constituía num precedente estratégico para a aplicação de um projeto industrializante.

BCME-BIBLIOTECA

d) Abastecimento energético:

A cidade de Sobral pela sua importância foi uma das prioridades básicas do planejamento energético realizado pelo governo estadual. Assim, foi criada uma empresa estatal - CENORTE - com o intuito de distribuir a energia gerada pela CHESF para a região Centro-Norte. A energia de Paulo Afonso chegou à cidade de Sobral em 1965, apenas um ano depois da chegada de energia à Fortaleza.

5.2 - A mudança do Projeto Asimow para Projeto Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE)

Ratificadas as vantagens da região de Sobral, um passo importante do ponto de vista administrativo e, também, do ponto de vista de motivação, foi a mudança do nome do projeto. De Projeto Asimow para PUDINE. Esta nacionalização estava efetivamente ligada à assunção do controle pela comunidade docente da Universidade Federal do Ceará.

Como vimos anteriormente, tal grupamento havia se convencido de sua capacidade de assumir o comando das ações, dado, o malogro em termos gerais da atuação da amostra acadêmica trazida pela UCLA.

Assim, ressaltando o nome e as idéias do professor Asimow, foi essencial que o Projeto se vinculasse à novas experimentações e veiculasse uma nova marca. O PUDINE foi esta marca e o seu desdobramento de sigla expressa bem as ênfases que seriam dadas ao peso da comunidade universitária e à industrialização como pilares da nova atividade que se iniciava.

BCME - BIBLIOTECA

5.2.1 - Síntese dos objetivos do PUDINE:

- a) Implantação de média e pequenas indústrias, baseadas nos recursos naturais, humanos e financeiros de Sobral e sua área de influência geo-econômica.
- b) Formação e aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e discente da Universidade Federal do Ceará nos estudos, problemas e tarefas de desenvolvimento, em seus aspectos tecnológicos, geo-econômicos e

sócio-culturais.

c) Formação e treinamento de técnicos, gerentes, supervisores e mão-de-obra qualificada necessários às novas indústrias. " (24:55)

No item "a" percebe-se uma preocupação em explicitar o tipo de empresa pela qual o PUDINE se interessou - a pequena e a média empresa. Quando lembramos que um dos pontos mais criticados na gestão caririense do Projeto Asimow foi o encaminhamento para plantas superdimensionadas, passa a ser possível pensar que esta ênfase reducionista tenha sido incluída com o propósito de lembrar, desde a base de estatutos, que a realidade de capitalização no interior do estado do Ceará se adequava mais a um perfil mais modesto de instalação de indústrias.

Prosseguindo, há uma outra menção curiosa, a da limitação às capacidades financeiras da comunidade sobralense. Ela implicava numa oposição formal aos investimentos de enclave. Isto é, aqueles investimentos que se sediavam em uma cidade, patrocinados com absoluta maioria de capitais externos à região e, voltados para a satisfação de demandas igualmente externas à localização da indústria.

No item "b" fica explicitado que os benefícios de aprendizado prático agora se canalizariam exclusivamente para a comunidade acadêmica da UFC. Ao mesmo tempo, um esclarecimento e uma declaração de responsabilidade. Um esclarecimento no sentido de afirmar que a UFC não dividiria mais as atividades de extensão com outra instituição universitária. Uma declaração de responsabilidade porque a UFC deixava claro que a sua equipe era suficiente para dar conta da complexida-

de advinda da instalação de um projeto industrial.

No item "c" a preocupação com os recursos humanos, tanto a nível administrativo quanto a nível de atividades diretas. Foi visto também no capítulo 3 deste trabalho, que o fator recursos humanos, principalmente na seção administrativa, foi um dos pontos de estrangulamento ocorridos.

Por último, mencionamos o não-mencionado nos objetivos do PUDINE, mas talvez tão importante quanto o que foi explicitado. Não são feitas alusões à primazia das sociedades anônimas como idealização para a organização jurídica das empresas. Esta flexibilização implicaria numa extensão da margem de manobra de atuação do PUDINE que se concedia a liberdade até de atuar com o tradicional modelo da empresa familiar.

BCME-BIBLIOTECA

A metodologia adotada pelo PUDINE para viabilizar, de forma irreversível, o processo de interiorização das indústrias no Ceará teve a seguinte sequência:

- a) Primeira etapa: Pesquisa preliminar na cidade de Sobral e em sua grande área de influência geo-econômica no Ceará, a fim de realizar o levantamento dos seus recursos industrializáveis e seus atuais condicionantes, estudando simultaneamente a comunidade de Sobral nos seus aspectos sócio-culturais;
- b) Segunda etapa: Estudos de exequibilidade das oportunidades industriais sugeridas pela pesquisa preliminar;

c) Terceira etapa: Elaboração dos projetos técnicos detalhados e do projeto econômico das oportunidades industriais que se mostrassem exequíveis; assistência às novas empresas, nos planos financeiros e técnicos;

d) Quarta etapa: Assistência às empresas na sua fase de implantação, construção, organização contábil, treinamento de pessoal, etc;

e) Quinta etapa: Avaliação dos resultados alcançados pelas indústrias instaladas e assistência às mesmas para melhoria da produtividade.

(35:2)

BCME - BIBLIOTECA

A primeira etapa da metodologia do FUDINE era um aperfeiçoamento do que havia sido realizado no Cariri. Lá a pesquisa de recursos naturais e humanos foi efetivada quase sempre pelos próprios técnicos que elaboraram os projetos. Naturalmente, este procedimento implicava numa relativa baixa da qualidade de averiguação, caso ela não fosse feita por especialistas naquelas duas categorias de recursos.

Foram acionadas as Faculdades de Geografia e Ciências Sociais da UFC, que enviaram equipes que se encarregaram de editar dois documentos com as particularidades da região nos recursos citados.

A pesquisa geográfica resultou num relatório de 55 páginas onde foram expostas as situações da região a nível de demografia, lavouras, pecuária, pesca, perfil industrial e de serviços. (35:5-59)

A pesquisa antropológica ofereceu um relatório de 75 páginas em que se deu especial atenção ao funcionamento das instituições locais e às expectativas dos diversos estamentos sociais (empresários,

trabalhadores, administração e famílias de trabalhadores) em relação ao significado da indústria nas suas respectivas concepções. (35:64-138)

BCME-BIBLIOTECA

Na segunda etapa da metodologia entram em ação as Faculdades de Engenharia, Economia, Tecnologia Rural e de Farmácia.

Nesse instante passa a ser realizado um esforço de apreensão das possibilidades de concretização das evidências nascidas com as publicações dos relatórios nas áreas antropológica e geográfica.

Nota-se, aqui, o empenho na investigação dos fatores motivacionais da comunidade. A equipe dirigente do PUDINE havia se convencido da necessidade de uma formulação teórica a respeito dos valores de comportamento da região, principalmente, em face de uma expectativa de mudanças que trouxesse em seu bojo signos de modernidade. Era dado como certo que, somente após obter-se um painel dos pontos cardeais que orientavam questões como status, segurança e sucesso, os membros da equipe do PUDINE poderiam começar a formular padrões de industrialização para a região. Todo este cuidado veio em decorrência da experiência precedente na região do Cariri, onde chegou-se à conclusão que o vocabulário de intenções da equipe de técnicos não sintonizava com aquele utilizado pelos membros da comunidade que se engajaram nas atividades. Procurou-se aqui, portanto, ao invés de propor, a partir de um relativo vácuo social, o que deveria ser feito, ouvir e canalizar as aspirações da comunidade e convertê-las em atividades da categoria industrial.

Na terceira etapa a atenção maior seria dada à exatidão da formulação de projetos, tanto sob o aspecto econômico como pelo lado técnico. Este cuidado maior se fazia necessário dada a muito maior afluência de projetos encaminhados para a SUDENE. Uma repetição do

episódio da IBACIP, onde uma empresa com condições de viabilidade muito boas não pôde ser implementada com rapidez devido à falhas na elaboração do projeto enviado para a SUDENE se ocorresse nesta fase, num contexto de acirrada disputa pelos depósitos do artigo 34/18 seria uma perda irrecuperável, diversamente do episódio citado onde ainda foi possível remeter uma segunda proposta de financiamento que logrou aprovação.

BCME-BIBLIOTECA

Na quarta etapa uma contribuição típica do Projeto Asimow, talvez uma das melhores inserções feitas em programas de dinamização industrial e que foi incorporada aos arsenais da técnica de planejamento no Brasil: a assistência técnica pós-concessão do financiamento. Parentemente simples, a idéia da assistência técnica mesmo depois do financiamento ter sido aprovado entra em choque com algumas das nossas melhores tradições cartoriais, do tipo a que foram acostumados um número expressivo de empresários industriais nordestinos, particularmente no ramo têxtil. Nessas tradições estava embutido o conceito de que problema industrial se confundia com o problema financeiro e que resolvido este último se extirparia o primeiro.

Ainda não se haviam acostumados os empresários com a necessidade do acompanhamento técnico no sentido de cuidar de facetas diversificadas como padrões corretos de manutenção, aprimoramento do uso de matérias-primas e ocasiões propícias para a introdução de novas tecnologias.

A última etapa mencionada sugeria a capacidade de realimentação das diversas fases, uma servindo de propulsora da seguinte num ciclo crescente de aprendizado e de implementações.

Eis a tabela das implementações realizadas pelo PUDINE:

QUADRO II

Nome da Firma	Ramo de Producao
INCASSA	Beneficiamento de castanha de caju.
LASSA	Industrializacao do leite
COSMAC	Fabricacao de materiais de construcao.

As justificativas para estas implantações são tratadas a seguir:

O argumento basilar para a implantação da INCASSA (Indústria de Castanhas Sobralenses S/A) foi retirado da seguinte constatação da equipe da Faculdade de Geografia da UFC: " a produção de caju, representando 40,1% do total estadual em 1963, aumentou 295% no período 1953-1963. Sua localização abrange sobretudo Granja, Acaraú, Meruoca, Alcântaras e Morrinhos." (35:34)

BCME-BIBLIOTECA

Nesta citação estão reunidas duas informações que se harmonizavam com os objetivos do PUDINE. Inicialmente, não seria razoável desprezar a grande participação relativa da região de Sobral na produção de Caju. A expressão da participação, se canalizada para uma atividade industrial, proporcionaria um encadeamento entre atividades primárias e secundárias que se reverteria em benefícios globais para a região. A outra qualidade em apreço era de caráter geográfico, ao se encontrar dispersa entre vários municípios localizados nas proximidades do centro regional, a implantação de uma indústria de castanhas de caju espalharia os ganhos da atividade pelos diversos locais fornecedores de insumos. Assim, além da interrelação agricultura - indústria, existiria um processo de desconcentração espacial na geração da renda.

Outra particularidade a ser notada é que o PUDINE passa a se flexibilizar para as indústrias que visavam o mercado externo em grau predominante. Esta abertura não era considerada prejudicial, desde que se ressalvasse o controle acionário para os capitais formados pela comunidade sobralense.

Por último, ainda da tradição do Projeto Asimow a característica de privilegiar a instalação de uma empresa que contasse com uma decisiva vantagem comparativa a nível da produção de insumos.

Em relação à LASSA (Laticínios Sobralenses S/A) temos as seguintes declarações da equipe de Geografia: "o item alimentação básica da pesquisa preliminar acusou consumo de leite em Sobral causando admiração, inclusive aos especialistas do ramo (217 g. por pessoa contra 56g. por pessoa para Fortaleza).(. . .). Sendo possível que, levando em consideração apenas o produto das fontes leiteiras, organizadas como vacarias e fazendas, o consumo apresentado supere a produção local, o que viria a constituir num absurdo.(. . .). Há porém, algumas considerações a fazer, que submetemos aos economistas e agrônomos, a quem pedimos a máxima atenção na segunda fase dos trabalhos. Acentuada parte do leite consumido em Sobral é "produção do lar". (35:86-7)

Inicialmente será definido em que consiste a produção do lar.

Na zona urbana da cidade de Sobral existia a prática da cessão de cabeças de gado por parte dos proprietários, sob a condição que os beneficiados se encaragassem do seu sustento. Isto gerou o fenômeno curioso de boa parte das residências em Sobral contarem com fornecimento caseiro de leite.

A equipe da Faculdade de Geografia apontou esta particularidade como um preliminar desestímulo à implementação de uma atividade de produção leiteira a nível industrial. Diagnóstico que foi refutado na segunda etapa do projeto PUDINE. A refutação pode ser sustentada quando se observa além do fato aparente. Boa parte da população urbana consumindo leite de forma não monetizada na realidade não se constituía num obstáculo direto à industrialização e sim na necessidade de uma reformulação de conceitos dos fornecedores.

É bastante provável que estes proprietários cedessem seus animais por não encontrarem alternativas econômicas para empregá-los em atividades que revertessem em renda. Ao surgirem estas alternativas, ou, com mais detalhe, ao surgir um projeto econômico de industrialização do leite, não haveria, em princípio, nenhum fator impeditivo para que os fornecedores dos animais se transladassem para a categoria de fornecedores de leite em troca de renda. **BCME-BIBLIOTECA**

Uma vantagem adicional foi a existência prévia de uma rede de fornecedores já montada, embora de forma não monetizada.

Passando para as características de consumo, foi observado que o consumo per capita da cidade de Sobral, sendo aproximadamente o quádruplo daquele verificado em Fortaleza, conferia à cidade uma ótima posição a nível de intensidade de demanda.

Somado a isto, foi constatado pela equipe da Faculdade de Geografia que a demanda efetivamente não era satisfeita pela rede formal de abastecimento.

A interdependência de todos estes fatores fez com que na segunda etapa as equipes do PUDINE se decidissem por viabilizar a industrialização do leite.

Esta decisão, mais uma vez, foi fiel aos princípios do professor Asimow, baseando-se no refinamento de um produto que já existia na região e que seria realizado com capitais locais.

Convém lembrar aqui uma diferença em relação às empresas do Cariri. Quando dos estudos de viabilização das empresas na região do Cariri, a equipe do projeto Asimow atribuiu grande relevância à construção de rodovias que facilitassem o escoamento da produção para a capital e, também, permitissem um acesso mais fácil das matérias-primas necessárias aos processos produtivos.

A realidade mostrou-se um tanto perversa, desde que as facilidades trazidas com as rodovias se revelaram fortes aliadas de uma estratégia de penetração veloz de produtos originários de Fortaleza e Recife, até então inacessíveis do ponto de vista econômico, dado que sua baixa densidade de valor contrabalançava os altos custos de transporte incorridos. Era o caso de bens industrializados a partir do milho, por exemplo.

BCME-BIBLIOTECA

Este efeito, generalizado para o caso de alimentos industrializados, que causou uma série de transtornos às indústrias dos ramos já instaladas ou que estavam em vistas de se instalarem no interior dos estados do Nordeste, apresentou como exceção exatamente o caso da industrialização do leite. Sua perecibilidade rápida deixava como única opção a industrialização na fonte produtora.

Esta singularidade aconteceu acoplada a um período de aceleração da urbanização no Nordeste e em particular para a cidade de Fortaleza. Assim, as perspectivas de colocação do leite industrializado em Sobral passaram a ser florescentes, dado que, por um lado a urbanização expulsava da periferia de Fortaleza atividades que requisitassem grandes áreas para serem operacionalizadas e, por outro lado, os diferenciais da população autorizavam recomposições favoráveis no cálculo da demanda para a cidade de Fortaleza. Este argumento se reforça quando observamos que a última implantação de empresa no gênero no Município de Fortaleza - a CILA (Companhia Industrial de Laticínios) - se realizou em fevereiro de 1963. (31:6)

Para a COSMAC (Companhia Sobralense de Materiais de Construção) foram as seguintes informações do relatório: "Os solos variam conforme as condições litológicas e topográficas: ora de origem cristalina, rochosos e pedregosos; ora silicosos nos pediplanos; ora humo-

solos ou areno-argilosos nas depressões. São elementos da maior importância a sua espessura e a topografia local, além das condições climáticas. Assim, topografia, litologia, chuvas e temperaturas condicionam as diferentes formações de caatingas e a diversificação das formas de utilização das terras e gêneros de vida. (35:22-3)

Trata-se, sem dúvida, de um painel riquíssimo em diversificações de solos. Veio naturalmente, a partir dessa classificação, a idéia de promover a implantação de uma empresa que industrializasse esta coleção de tipos de solo com o intuito de transformá-la em materiais apropriados para a construção civil.

Fazendo um balanço do perfil das implantações de empresas realizadas na cidade de Sobral, percebe-se que os dois traços predominantes, comparativamente à experiência do Cariri, foram o realismo e a simplicidade. Não se verificaram traços de vanguarda, como a experiência de industrialização de rádios de pilha em Juazeiro, nem superdimensionamentos, como o caso da IBACIP em Barbalha, na área de fabricação de cimento.

Sem dúvida, este realismo e simplicidade só puderam ser alcançados dada a longa instalação da equipe do PUDINE na região, na fase predecessora da formulação dos projetos.

Como adendo final à experiência do Projeto PUDINE na cidade de Sobral está o fato do conhecimento explícito da comunidade sobralense sobre o êxito da missão na cidade. Reconhecimento este que ultrapassou em muito a esfera da retórica. Isto porque a equipe do Projeto PUDINE foi convidada pela prefeitura local para elaborar o I Plano de metas da cidade. Tal convite, que foi aceito e executado, atesta o significado, em termos de mudanças concretas, na vida da comunidade de Sobral logrado pelo PUDINE.

6.1 - Caracterização da economia industrial no Estado do Ceará até 1959.

BCME - BIBLIOTECA

Neste capítulo é dada ênfase à análise dos dados disponíveis para o Estado do Ceará que se relacionam com a introdução e a história dos projetos Asimow e PUDINE.

Alguns dados do censo industrial do Ceará relativos ao ano de 1959 que ratificam algumas das proposições tratadas em capítulos anteriores são tratados aqui.

Em 1959 o Estado do Ceará possuía 2.230 estabelecimentos industriais, sendo que apenas 71 eram organizados juridicamente sob a forma de sociedades anônimas. Esta informação do censo evidencia o grau de dificuldade que os técnicos do Projeto Asimow devem ter tido no processo de educação das lideranças econômicas da região do Cariri para levá-las ao caminho de aceitação de empresas com base em capital aberto.

Em relação ao número de operários, dos 2.230 estabelecimentos existentes, 1.437 estavam na faixa entre 1 e 4 operários contratados, 490 na faixa de 5 a 9 operários, mostrando uma tendência nítida para a pequena empresa como valor modal. (20:62)

As grandezas de mão-de-obra incluídas nos projetos, bem ou parcialmente bem sucedidos, do Projeto Asimow são comparativamente elevadas ao vermos que a alocação média de operários por empresa era de 94 operários numa amplitude que vai de 62 a 140. (24:53)

Nessa faixa (62-140) existiam, para o Estado, 16 estabelecimentos (entre 50 e 99 operários) e 7 estabelecimentos (entre 100 e 499 operários). (20:62)

Daqui percebe-se o ganho qualitativo do Projeto Asimow em conceber, desde logo, a implantação de empresas que se diferenciavam claramente da moda verificada até então. Nesta mudança de visão estavam implícitos os ganhos de eficiência nos mais diversos níveis, passando desde a relação com os fornecedores de matérias-primas até o escoamento dos produtos.

No setor de minerais não-metálicos, mais particularmente a cerâmica e, ainda, com maior detalhe, a fabricação de telhas e tijolos - especialização assumida no projeto da CECASA - o número de estabelecimentos para o Estado do Ceará chegava a 306, com uma absorção de 1.180 operários, o que caracterizava, mais uma vez, um perfil setorial de pequena empresa. Entretanto, é relevante considerarmos que neste ramo a tradição era grande, dado o excessivo número de estabelecimentos em funcionamento. (20:64)

Desagregando este número de estabelecimentos a nível regional temos a cidade de Fortaleza com 36 estabelecimentos e a região do Cariri com 54 estabelecimentos, o que sugere, como será visto a seguir, um tipo de empresa menor na área onde atuou o Projeto Asimow. Este fato pode ser encarado positivamente se for lembrado que esta mão-de-obra, ocupada no mesmo ramo onde pretendia se instalar a CECASA, virtualmente serviria de oferta de mão-de-obra qualificada, ainda que de

forma rudimentar, para a empresa.

No ramo de alimentos, o número de estabelecimentos no Estado do Ceará era igual a 787, com uma absorção de 3.186 operários. (20:68)

Desagregando novamente os dados por região, a cidade de Fortaleza foi sede de 84 estabelecimentos, enquanto a região do Cariri abrigou 94 estabelecimentos. Também aqui, portanto, o projeto da IMO-CASA se inseriu numa situação bastante conhecida no nível regional. (20:85/91)

No extremo oposto das duas empresas citadas estiveram os projetos relacionados à IBACIP e à IESA, associadas respectivamente aos ramos da produção de cimento e de materiais eletrônicos de consumo doméstico. Para estes dois projetos era virgem o terreno a desbravar.

O peso das indústrias de Fortaleza e da região do Cariri pode ser visto através da tabela nº 9, a seguir:

TABELA 9 - Produtividade do trabalho em Fortaleza e na Região do Cariri em 1959.

Local	Valor da produção	Valor de Transformação (VT)	Número de operários (N)	UTI/N
Fortaleza	Cr\$ 3.305.790	Cr\$ 1.320.335	7.037	187,63
Cariri	Cr\$ 1.747.406	Cr\$ 617.724	1.773	348,41
Cariri/Fortaleza (%)	52,86 %	46,79%	25,20%	185,69

FONTE: Censo industrial do Estado do Ceará, 1960. (20)

Estes dados, além de serem conclusivos quanto ao volume de pessoas empregadas na região do Cariri - na vizinhança do segundo milhar - também se tornam um bom indicativo da produtividade dos trabalhadores da região, comparativamente àqueles de Fortaleza. Para um contingente de trabalhadores de, aproximadamente um terço do apresentado por Fortaleza, a região do Cariri apresentou um valor de transformação industrial aproximadamente igual à metade daquele verificado em Fortaleza. Tal combinação autoriza a formulação da hipótese de uma maior produtividade do trabalho na região do Cariri. Resumindo, em termos de panorama operacional, o que temos é a caracterização da região do Cariri como um local onde já havia uma certa densidade industrial, desde que se compreenda a expressão como definidora de uma capacidade de aglomeração de pequenos empreendimentos manufatureiros de caráter tradicional.

6.2 - Definição e mensuração de indicadores para aferir o desempenho do Projeto Asimow

Neste item são feitas algumas comparações a partir de índices construídos com dados da publicação "Projetos Aprovados pela SUDENE".

(31)

Esta publicação apresenta um conjunto de peculiaridades, ora positivas, ora negativas, que devem merecer um detalhamento, com o objetivo de esclarecer as etapas que se realizarão, dentro em breve, na roteirização desta parte da presente investigação.

O texto supramencionado apresenta a relação de todos os projetos, aprovados ou não, submetidos à SUDENE até a data de 30-06-69, incluindo projetos com localização nas capitais nordestinas e nas cidades do interior. Esta limitação do período e a abrangência locacional são ideais para as comparações, já que o objetivo global do trabalho é a investigação do perfil de comportamento da interiorização das indústrias no Nordeste. Mais ainda, a atuação do Projeto Asimow - PUDINE - se realizou dentro dos marcos temporais acima, precisamente entre os anos de 1962 e 1969.

BCME-BIBLIOTECA

Poderia ser argumentado que esta relação omite toda atividade de implantação de indústrias que houvesse prescindido de ajuda formal das agências regionais de desenvolvimento, notadamente a SUDENE. É um argumento irrefutável a nível de detalhe, sendo mesmo bastante provável que tenham existido iniciativas independentes com localizações interioranas. Porém, todas as evidências sócio-econômicas apontavam para um surto de industrialização nordestina na década de sessenta, ligado de forma umbilical à malha de incentivos fiscais tecida a partir do artigo 34/18. Assim, o sacrifício do particular nos dá em troca uma lista suficientemente abrangente para compreender os movimentos de instalação de capital produtivo na região nordestina.

Aparece um novo problema de caracterização nas três possibilidades apresentadas pela relação, que são: valores pleiteados pelo projeto, valores autorizados pela SUDENE e valores liberados pela SUDENE até a data de 30-06-69.

Os valores pleiteados pelo projeto sofrem de duas deformações básicas: a primeira delas pode ocorrer se a equipe elaboradora do projeto, por desconhecimento real das complexidades envolvidas na atividade em questão, superestima o montante necessário para a operação da empresa; A segunda, ainda na categoria de superestimação, sendo agora realizada de forma intencional, com o intuito de criar defesas para a empresa contra o fato usual da liberação dos recursos vir bastante tempo após a autorização ser anunciada pela SUDENE.

Além destas duas distorções, ainda existia a possibilidade do projeto ter sido examinado e não ter sido aprovado. Embora seja uma interessante vereda de investigação saber o percentual de rejeição de projetos encaminhados para a SUDENE através de itens como faixa de capital, ramos específicos de produção, volume de mão-de-obra necessária e tantas outras departamentalizações possíveis - não constitui-se em objetivo deste trabalho, uma vez que o interesse no momento está mais voltado para o conhecimento do que foi efetivamente realizado e não do que poderia ter sido realizado.

Os valores liberados pela SUDENE tiveram, como categoria, muito mais realismo do que os valores pleiteados. Sofrem contudo, de uma deficiência séria, que poderá ser chamada de defasagem congênita. A própria magnitude da SUDENE, somada à intensificação das demandas pelos depósitos do 34/18, ocorridas especialmente na segunda metade da década de sessenta, obrigou uma certa lentidão na liberação dos recursos. Um problema inerente às administrações das grandes empresas estatais. Deste modo, não se pode guiar-se pelos valores referentes às liberações realizadas pela SUDENE. Estando, por conseguinte, decididamente a incorrer num erro de subestimação, que não teria raízes na boa ou má qualidade de um projeto. Era perfeitamente plausível que um bom

projeto, após aprovado, tivesse que aguardar até que as normas internas à SUDENE e ao BNB fossem cumpridas a fim de viabilizar a liberação.

Escolheu-se, então, a lista de valores autorizados pela SUDENE. Em primeiro lugar, ela já traz em seu conteúdo a validação da equipe técnica da SUDENE sobre a seriedade, viabilidade e adequado dimensionamento do projeto aprovado. Como foi visto, um dos pontos de alicerce na instituição da SUDENE foi a isenção com que os projetos seriam analisados. Portanto, pode-se dizer que, nestas condições, aprovação burocrática e eficiência técnica do projeto eram elementos que guardavam entre si estreita correlação.

Fica pendente ainda na categoria dos valores autorizados a artificialidade mostrada pelos seus valores nominais e a realidade de defasagem com que ocorriam as liberações, tudo isto num contexto inflacionário, o que agravava a questão da defasagem.

Valendo-se, uma vez mais, do critério da isenção da avaliação dos projetos, esta pendência se minimiza pelo motivo de ser um fato praticamente comum a todos os projetos associados.

Dai argumentar-se que o prejuízo decorrente das defasagens era socializado para todo o conjunto das empresas que se beneficiaram dos financiamentos com base no artigo 34/18.

De forma suplementar, ainda poderia ser argumentado que as máquinas burocráticas da SUDENE e do BNB agilizaram-se ao longo da década de sessenta e que, portanto, a partir de um certo instante caíram os prazos mediadores entre as autorizações e as liberações de recursos. Esta argumentação possui validade, mas acrescenta-se que, simultaneamente a este processo aludido de experiência no tratamento dos projetos mais implantação de técnicas modernas na administração, ocor-

reu um crescimento extraordinário dos pedidos de financiamento. Resumindo, se por um lado cresceu a qualidade dos serviços administrativos, por outro lado aumentou o volume de serviços requisitados. Parece razoável supor que, ao se contrabalançarem estes dois movimentos não houveram mudanças abruptas no prazo médio entre a data das autorizações e das liberações para o período considerado.

Considerar-se-á, portanto, a categoria de valores autorizados para os projetos aprovados pela SUDENE como preferencial para o cálculo dos índices.

BCME-BIBLIOTECA

A relação original listava os valores nominais com a respectiva data de autorização. A partir destas informações os valores foram atualizados para o ano de 1970. (12:36-7)

Concluindo, enfatiza-se que, dadas algumas tendenciosidades inevitáveis, casos isolados de liberações mais velozes ou mais morosas, devidas a particularidades administrativas, os resultados dos cálculos que serão apresentados a seguir não podem reivindicar uma precisão absoluta. Esta falha, no tocante à quantificação rigorosa, não os desqualificam como bons instrumentos para apontarem as tendências dos movimentos em relação à interiorização das indústrias.

Para facilitar a compreensão da Tabela 10, utilizou-se uma denominação geral para todos os índices de aproveitamento. Assim o conjunto de índices significa:

a) Uma comparação onde denominador e numerador foram extraídos de conjuntos mutuamente excludentes;

b) Uma comparação organizada de forma que os valores presentes no denominador são sempre maiores ou, no mínimo, iguais aos valores apresentados no numerador. A vantagem desta escolha consiste no fato de que todas as magnitudes dos índices ficaram compreendidas entre zer-

ro e um, permitindo maior clareza para compreensão:

c) O conceito de índice sempre se referirá a desempenhos da região menos importante economicamente em relação à região ou conjunto de regiões mais importantes economicamente.

Por exemplo,

a) I7 = Distribuição das implantações no Cariri e Fortaleza

Nesse caso, como Fortaleza teve maior magnitude de captação dos recursos, o seu valor correspondente ficará necessariamente no denominador. Como as duas regiões são distintas, fica ratificada a premissa da existência de conjuntos com interseção nula. Por último, interpreta-se o índice como o desempenho da captação dos recursos do artigo 34/18 na região do Cariri em relação ao desempenho da cidade de Fortaleza.

b) I9 = Distribuição das implantações em Sobral e demais regiões interioranas a partir de 1966.

Aqui, as demais regiões interioranas (Conjunto do Estado menos a regiões metropolitana de Fortaleza e de Sobral.) apresentam um maior valor para as implantações, ficando por isso no denominador. Numerador e denominador são conjuntos excludentes. A leitura do índice mostra o desempenho das implantações em Sobral comparativamente com o desempenho das demais regiões interioranas.

Um maior detalhamento sobre o significado e a construção dos índices, bem como a realização dos cálculos, encontra-se no Apêndice B.

QUADRO 3

DEFINIÇÃO DOS ÍNDICES

VALOR

$I_1 =$	Total de depósitos aplicados no interior do Estado ----- Total de depósitos aplicados em Fortaleza	0,63
$I_{12} =$	Complementações para Fortaleza ----- Complementações para o Interior	0,02
$I_{13} =$	Ampliações no Interior ----- Ampliações em Fortaleza	0,02
$I_{14} =$	Modernizações em Fortaleza ----- Modernizações no Interior	0,85
$I_{15} =$	Implantações no Interior ----- Implantações em Fortaleza	0,07
$I_{16} =$	Implantações no Interior até 1965 ----- Implantações em Fortaleza até 1965	0,67
$I_{17} =$	Implantações na Região do Cariri até 1965 ----- Implantações em Fortaleza até 1965	0,67
$I_{18} =$	Implantações do Projeto Asimow no Cariri ----- Implantações no Cariri	0,80
$I_{19} =$	Implantações em Sobral a partir de 1966 ----- Implantações no restante do Estado (com exceção da Região do Cariri e Fortaleza) a partir de 1966	0,46
$I_{1.0} =$	Implantações do PUDINE em Sobral ----- Implantações no restante do Estado (com exceção da Região do Cariri e Fortaleza) a partir de 1966	0,46
$I_{1.1} =$	Implantações no restante do Estado (com exceção da Região do Cariri e Fortaleza) a partir de 1966 ----- Implantações do PUDINE em Sobral	0,51
$I_{1.2} =$	Implantações sem o Projeto Asimow/PUDINE ----- Implantações do PUDINE em Sobral	0,07

BCME - BIBLIOTECA

O I₁, recursos totais do artigo 34/18 aplicados no interior do Ceará divididos pelos recursos do artigo 34/18 aplicados em Fortaleza, significa que, para cada cruzeiro aplicado em Fortaleza, sessenta e tres centavos foram aplicados no interior do Ceará. Trata-se de um índice muito genérico, é necessário um processo de qualificação, realizado nos índices seguintes.

O I₂, complementações liberadas para Fortaleza divididas pelas complementações liberadas para o interior do Estado, mostra que, para cada cruzeiro aplicado no interior do Estado, apenas dois centavos foram aplicados em Fortaleza. Um valor inesperado e contrário ao padrão de desenvolvimento observado no Nordeste, com exceção de Pernambuco, que possuía uma configuração industrial razoavelmente descentralizada.

Na base da compreensão deste índice está uma razão histórica e uma outra razão tecnológica. A razão histórica se assenta no fato que a SUDENE prestou especial importância ao programa de reaparelhamento da indústria têxtil no Nordeste. A indústria têxtil teve no Ceará uma relevância muito grande e começou a se desenvolver no Estado no final do século XIX. Como a demanda por seus produtos foi muito influenciada pelas oscilações decorrentes da depressão, primeira e segunda guerras mundiais e o próprio processo de substituição de importações realizado no centro-sul do país, não houve por parte dos empresários do setor têxtil uma preocupação em ampliar o parque industrial. Operava-se essencialmente com um ajuste de turnos em relação à demanda. (34)

No início da década de sessenta a SUDENE lançou um programa de reaparelhamento da indústria têxtil que realizou grandes aplicações financeiras para retirar ou atenuar as inviabilidades operacionais do cotidiano das indústrias cearenses. Foram incluídas neste projeto

duas empresas localizadas no interior do Estado - A Cotonificio Leite Barbosa em Aracati e a Ernesto Deocleciano em Sobral. Estas duas empresas responderam por aproximadamente 50% do total de financiamentos para complementação concedidos para todo o Estado.

A razão tecnológica acontece na CCCP - Companhia Cearense de Cimento Portland. Constituída com capitais paulistas (Grupo Votorantim) em Sobral no ano de 1964, a empresa, por não ser uma sociedade anônima teve direito a um financiamento a título de complementação. Este financiamento representou aproximadamente 50% do total de financiamentos para complementação concedidos para todo o Estado.

O I₃, recursos liberados para ampliações no interior do Estado divididos pelos recursos liberados para ampliações na capital, significa que, para cada cruzeiro aplicado na capital, dois centavos foram aplicados no interior do Estado. Um valor plausível, dada a suposta maior dificuldade dos depositantes do artigo 34/18 se interessarem por projetos que tratassem meramente de ampliações sem nenhuma incorporação tecnológica ou facilitadora da extinção de pontos de estrangulamento.

O I₄, recursos liberados para modernização em Fortaleza divididos pelos recursos liberados para modernização no interior do Estado. Mostrando que, para cada cruzeiro aplicado no interior do Estado, oitenta e cinco centavos foram aplicados em Fortaleza. Mais de 90% do valor aplicado em modernização foi destinado à empresa Cariri Indústria de Oleos. Lembra-se aqui a seção 5.1, onde as informações relativas aos valores de produção e valores de transformação mostravam um diferencial favorável de produtividade do fator trabalho favorável à região do Cariri. Este diferencial por si só justificaria um projeto de modernização de tal porte em uma indústria que trabalhava no ra-

mo tradicional.

O baixo valor do I_5 , recursos liberados para implantações no interior divididos pelos recursos liberados para implantações na capital, significa que, para cada cruzeiro aplicado em Fortaleza, sete centavos foram aplicados no interior do Estado e vem ratificar o forte processo de metropolização exercido cumulativamente pela SUDENE e pela CODEC, que inviabilizava espaços para considerações particulares em relação ao desempenho dos projetos submetidos à apreciação daquelas duas instituições. Assim, era natural que a cidade de Fortaleza, com a sua enorme vantagem em dotação de infra-estrutura e uma população residencial potencialmente consumidora e razoavelmente qualificada para as atividades operárias, granjeasse para si mesma a esmagadora maioria dos recursos rubricados para a categoria implantações.

Para I_6 , recursos liberados para implantações no interior, até o ano de 1965, divididos pelos recursos liberados para implantações na capital, até o ano de 1965, significa que, para cada cruzeiro aplicado em Fortaleza, sessenta e sete centavos foram aplicados no interior do Estado. As novas empresas instaladas no interior do Ceará teve peso bastante próximo daquela efetuada na capital, para o período considerado. A partir desse momento conceitual pode-se revalorizar o peso da industrialização no interior do Ceará. O valor de 67% para o índice é uma premissa necessária para indagações a respeito da relevância do Projeto Asimow, mas ainda deve-se seguir o caminho das premissas suficientes para embasar as análises.

I_7 , recursos liberados para implantações na região do Cariri, até o ano de 1965, divididos pelos recursos liberados para implantações na capital, até o ano de 1965, também igual a 0,67. Mostra que, para cada cruzeiro aplicado em Fortaleza, sessenta e sete centavos fo-

ram aplicados no Cariri, "locus" unânime do dinamismo das implantações interioranas até 1965.

Ig, recursos liberados para implantações na região do Cariri por influência do Projeto Asimow, até 1965, divididos pelos recursos liberados para implantações na região do Cariri até 1965. Mostra que, para cada cruzeiro aplicado no Cariri, oitenta centavos foram destinados ao Projeto Asimow. Lembra-se ainda que o único projeto constante nesse índice que não fez parte da coleção de trabalhos do Projeto Asimow - a CIMASA - referente ao beneficiamento da mandioca, teve, como referido no capítulo 3, um estímulo direto, dada a boa inicialização na faixa operacional da empresa IMOCASA - vinculada ao Projeto Asimow - que atuava em área semelhante, mais especificamente no beneficiamento do milho.

BCME-BIBLIOTECA

A partir de 1966, aconteceu o "boom" das implantações localizadas em Fortaleza. Fatores como a maior confiança do empresariado nacional nos incentivos do artigo 34/18, a concentração de benefícios infra-estruturais e fiscais de caráter estadual e municipal e a ampliação da prestação de serviços de energia elétrica para a cidade via CHESF, foram decisivos para colocar Fortaleza em posição imbatível e francamente diferenciada. Daí não existir sentido em repetir a configuração de índices até então utilizada para mensurar a atuação da segunda fase do projeto em Sobral. Procurar-se-á, sim, cotejar as implantações realizadas no município de Sobral - alvo das atenções do PUDINE a partir de 1966 - com as demais implantações interioranas. Assim, dentro de um quadro onde houve um patente encolhimento, será interessante descobrir o desempenho relativo das novas empresas instaladas em Sobral.

De acordo com o censo industrial de 1960, Sobral possuía 154 estabelecimentos industriais e 1.380 operários, com um valor de produção igual a Cr\$651.045,00 e um valor de transformação igual a Cr\$ 215.804,00. Estes valores afirmaram o município como a terceira área relevante sob o ponto de vista industrial do Estado. (P0: ?)

Comparativamente à região do Cariri, observa-se que o tamanho médio da empresa era maior. Esta diferença se deve provavelmente à tradição têxtil da região de Sobral, sede da Ernesto Deocleciano, uma das maiores empresas do ramo em todo o Estado do Ceará.

Em termos de indicador de produtividade do fator trabalho, os dados indicam uma proporção menor do que a observada na região do Cariri.

As observações, portanto, se contrabalançam. Por um lado a região apresentava um menor dinamismo em relação à questão da produtividade do fator trabalho, alternativamente possuía uma tradição importante no fato de sediar uma empresa de tamanho expressivo.

A partir de 1965 o Projeto Asimow passa a atuar na região de Sobral, seguem-se alguns índices que procuram comparar o comportamento industrializante regional.

19. recursos liberados para as implantações em Sobral no período 1966-1969 divididos pelos recursos liberados para implantações nos demais municípios (exceto Fortaleza); mostra que, para cada cruzeiro aplicado nos demais municípios (exceto Fortaleza), quarenta e seis centavos foram aplicados em Sobral. Este indicador por si só atesta a importância do PUDINE para a região de Sobral em termos de volume de implantações. Mas há uma particularidade no cálculo deste índice que deve ser colocada em evidência, por ser muito reveladora.

Todas as implantações realizadas em Sobral tiveram a assistência do FUDINE, assim I₁₀, recursos liberados para as implantações em Sobral por influência do FUDINE no período, 1966-1969, divididos pelos recursos liberados para implantações no interior do Estado, apresenta o mesmo valor de 19. Aqui fica atestada a importância do FUDINE no tocante ao perfil das implantações que foram realizadas em Sobral. Verifica-se que nenhuma implantação foi efetivada sem a intermediação administrativa e técnica do FUDINE e assim transparece a relevância do Projeto enquanto real mediador das potencialidades materiais e humanas da região e as agências de desenvolvimento metropolitanas e regionais.

No indicador I₁₁, retira-se do I₁₀ a implantação referente à empresa IBACIP, realizada em Barbalha em 1967. Na realidade, o retardamento a esta implantação foi decorrência da inexperiência administrativa dos técnicos do Projeto Asimow, que não tinham a necessária prática na elaboração de projetos que envolvessem pormenores técnicos, como ocorre na produção de cimento. A não aprovação do projeto desestimulou fortemente a primeira composição de acionistas da região, mas o potencial da idéia era tão bom que ela foi retomada e aprovada em segunda instância sem maiores dificuldades. Fica-se, portanto, com I₁₁ igual a 1,97 - mostrando que, para cada cruzeiro aplicado em Sobral, cinquenta e um centavos foram aplicados nos demais municípios (exceto Fortaleza).

Retirando a Cerâmica Norguaçu do I₁₁, chega-se ao I₁₂ igual a 13,2. A retirada é justificada porque a implantação desta empresa no Crato em 1968 foi precedida pela aprovação, implantação, operacionalização e consolidação da CECASA, empresa nascida através da atuação do Projeto Asimow. É razoável imaginar-se que a chegada de uma concorrente patrocinada por capitais de outra região deve ter tido como um

dos fatores decisivos o êxito relativo da precursora. O valor de I₁₂ mostra que, para cada cruzeiro aplicado em Sobral, sete centavos foram aplicados nos demais municípios (exceto Fortaleza). Acrescenta-se que este valor residual se credita à implantação de uma única empresa no ano de 1969 em Iguatu. Confirma-se então a quase total inexistência de atividades no sentido de mobilizar implantações além daquelas que foram orientadas pelo FUDINE.

BCME-BIBLIOTECA

O estudo do Projeto Asimow e do FUDINE aponta para determinados sentidos que, embora já examinados em caráter mais geral, tornam-se importantes para o pensamento de adequados papéis para o planejamento regional no Estado do Ceará.

O primeiro deles é a insuficiência das agências regionais de desenvolvimento no tópico referente à capacidade de perceber os potenciais de dinamismo de regiões afastadas da área metropolitana. Esta insuficiência se deu pela própria grandeza das instituições principais (BNB e SUDENE). Ao serem pensadas como grandes agências de desenvolvimento, com força suficiente para alterar o quadro de desigualdades regionais com vigor, a magnitude dos recursos financeiros e humanos engajadas nas agências tornava nebulosa a visão de oportunidades industriais em áreas que não tivessem marcantes vantagens comparativas.

O efeito cristalino desse comportamento foi a excessiva concentração de projetos industriais nas cidades de Salvador e Recife.

Na margem do "boom" de instalações industriais via artigo 34/18 que ocorreu nestas duas cidades a partir de 1965, o Estado do Ceará procurou reagir através da CODEC, uma agência criada em 1962, voltada exclusivamente para o apoio da instalação de indústrias. Apesar da diversificada gama de incentivos fiscais de caráter exclusivamente estadual, apoio a substanciais melhorias infra-estruturais e ajuda financeira aos potenciais empresários, a CODEC só conseguiu um bom perfil de atuação no âmbito da Região Metropolitana de Fortaleza.

A razão deste reduzido êxito sob a ótica espacial deve-se também a uma questão de escala de planejamento. De forma análoga às agências regionais de desenvolvimento, a CODEC foi estruturada em termos grandiosos para a dimensão do setor secundário cearense. Este superdimensionamento se tornou necessário como o único caminho capaz de desviar para o Estado do Ceará alguns projetos que se encaminhariam para Salvador e Recife.

Infelizmente, a contrapartida das vitórias da CODEC quanto à captações de recursos do artigo 34/18 para o Estado do Ceará foi a concentração espacial dos projetos na Região Metropolitana de Fortaleza. Este resultado era esperado, desde que os atrativos oferecidos por uma agência de desenvolvimento estadual tornavam-se atraentes unicamente para projetos de porte médio em diante, e para estes se tornava imprescindível a dotação de uma infra-estrutura ampla, existente apenas em Fortaleza, à custa de um grande esforço concentrado de todo o aparato estatal na primeira metade da década de sessenta.

As experiências do Projeto Asimow e do PUDINE ocorreram entre 1962-1965 e 1966-1969 respectivamente e foram contemporâneas, portanto, das atuações do BNB, SUDENE e CODEC.

O Projeto Asimow teve como grande contribuição para a história do planejamento industrial da economia cearense o ineditismo de concentrar toda a sua atenção em uma única Região do interior do Estado, a Região do Cariri. Não bastasse isto, ele também inovou em aspectos como incentivo à formação de sociedades anônimas, treinamento gerencial para pessoas recrutadas na própria Região e assistência aos projetos industriais em todas as suas etapas (desde a busca das oportunidades de investimento , escolha da tecnologia até a assistência técnica após o funcionamento da empresa)

O PUDINE aproveita a experiência do Projeto Asimow e avança em relação à compreensão da realidade cearense, através de diagnósticos apurados da Região de Sobral, escolhida para as suas atividades.

Portanto, o Projeto Asimow e o PUDINE tornam-se atuais como fonte de referência para o Estado do Ceará em um momento em que a descentralização vem a ser uma bandeira levantada por diversos grupos de interesse na sociedade.

Outro ponto a ressaltar foi a influência deixada pelo Projeto Asimow e pelo PUDINE na implementação de Projetos semelhantes em outras Universidades Federais. Especificamente, as Universidades da Bahia, Paraíba e Alagoas engajaram-se na formulação de Projetos semelhantes ao Asimow.

BCME-BIBLIOTECA

A partir desta ampliação da área de influência do Projeto Asimow, a própria SUDENE fica motivada para criar um Departamento de Assistência à Pequena Empresa em 1967, com uma formulação bastante semelhante à do Projeto Asimow e PUDINE.

Num nível de ampliação ainda maior, a própria existência dos CEAGs, criados a partir dos NAIs (que foram implantados inicialmente no Nordeste a partir de 1971) revela que de forma indireta o Projeto Asimow e o PUDINE terminaram por exercer influências que se estenderiam por todo o país.

1 - INFORMAÇÕES DA CODEC REFERENTES ÀS EMPRESAS DO PROJETO ASIMOW

Neste apêndice são descritas algumas das atividades da CODEC no sentido de contornar as dificuldades financeiras das empresas orientadas pelo Projeto Asimow.

Cronologicamente, os principais eventos foram os seguintes,

a) 23.03.64: Proposta da CEDASA para elevar seu capital de Cr\$30 milhões para Cr\$90 milhões, com solicitação de participação de capital da CODEC. Concordância da CODEC e imediata subscrição de 7.000 ações.

b) 09.04.64: Participação do professor Morris Asimow na reunião da diretoria da CODEC, onde foram discutidos os desempenhos das empresas assistidas pelo Projeto.

c) 07.11.64: Proposta da IMOCASA para subscrição de ações no valor de Cr\$125 milhões com posterior repasse para os depositantes dos recursos do artigo 34/18. A empresa ainda solicitava uma subscrição simples de Cr\$120 milhões e isenção da taxa de comissão fixada em 2,5% no caso de subscrição com repasse e sua transformação em ações. Todas as solici-

tações aceitas pela CODEC.

d) 26.11.64: Subscrição de ações da CECASA no valor de Cr\$47 milhões, sendo Cr\$39 milhões para posterior repasse aos depositantes do artigo 34/18.

e) 30.03.65: Proposta de aquisição de Cr\$40 milhões em ações da IMOCASA. Recusada pela CODEC.

f) 31.03.65: Aquisição de Cr\$250 milhões de ações da IESA. Aquisição de Cr\$122 milhões de ações da IESA para posterior repasse do artigo 34/18

BCME - BIBLIOTECA

g) 25.5.65: Solicitações por parte do Projeto Asimow:

Mais 26% de ações subscritas da IESA pela CODEC

Integralização de Cr\$109 milhões de ações da IMOCASA

h) 30.06.65: Atendimento parcial das solicitações da reunião de vinte e cinco de maio de 1965. Subscrição de Cr\$62,5 milhões de ações da IMOCASA via repasse do artigo 34/18

i) 30.08.65: Subscrição de Cr\$85 milhões de ações da CECASA via repasse do artigo 34/18. Ainda nesta reunião, debate sobre a situação da CECASA, IMOCASA e IESA com o coordenador do Projeto Asimow, Sr. João Parente e conclusão da precariedade da situação das três empresas. Os diretores da CODEC decidem manter a ajuda em prol dos reflexos positivos para a industrialização do interior do Estado.

j) 29.12.66: Isenção de impostos para IESA por cinco anos.

Anistia fiscal para CECASA

l) 06.04.67: Financiamento de assistência técnica da PORCELITE à CECASA

m) 21.09.67: Visita de inspeção do superintendente da CODEC ao Cariri para observar as empresas assistidas financeiramente pela agência. A partir daí se concentram os esforços na estabilização da CECASA, única empresa com chances reais de recuperação.

n) 28.09.67: Subscrição de ações da CECASA pela CODEC no valor de Cr\$170 milhões, sendo Cr\$ 17 milhões diretas e Cr\$ 153 repassadas através do artigo 34/18

1- O CÁLCULO DOS ÍNDICES DOS PROJETOS ASIMOW E FUDINE

a) Total de depósitos do 34/18 aplicados no interior do Estado

$I_1 =$ _____

Total de depósitos aplicados em Fortaleza

Interior : Cr\$89.919.684

Capital : Cr\$149.750.000

BCME - BIBLIOTECA

$I_1 = 0,63$

Um índice bastante geral, que visa dar um panorama do desempenho da atividade econômica do interior do Estado em relação à da capital. Neste índice estão incluídas as categoriais básicas de alocação de recursos autorizadas pela SUDENE: Implantação - correspondendo às alocações destinadas à criação de novas empresas; Complementação - para empresas que tenham apresentado problemas específicos de crescimento; Ampliação - para empresas que simplesmente aumentam a capacidade de produção e Modernização - quando acontece uma incorporação de nova tecnologia em empresas já existentes.

b) Complementações para Fortaleza

$I_2 =$ _____

Complementações para o Interior

Interior: Cr\$74.038.254

Capital : Cr\$1.712.107

$I_2 = 0,02$

c) Ampliações do 34/18 no Interior

$I_3 =$ _____

Ampliações do 34/18 em Fortaleza

Interior: Cr\$ 285.259

Capital: Cr\$16.811.821

$I_3 = 0,02$

d) . Modernizações em Fortaleza

I₄ = -----

Modernizações no Interior

Interior: Cr\$ 2.634.058

Capital: Cr\$ 2.242.418

I₄ = 0,85

e) Implantações no Interior

I₅ = -----

Implantações em Fortaleza

Interior: Cr\$9.343.142

Capital : Cr\$129.050.500

I₅ = 0,07

f) Implantações no interior até 1965

I₆ = -----

Implantações em Fortaleza até 1965

Interior: Cr\$ 8.242.450

Capital: cr\$12.286.172

I₆ = 0,67

g) Implantações realizadas na região do Cariri até 1965

I₇ = -----

Implantações realizadas em Fortaleza até 1965

Interior: Cr\$8.242.450

Capital :Cr\$12.286.172

I₇ = 0,67

h) Implantações no Cariri sob influência do Projeto Asimow

$I_8 =$ -----

Implantações no Cariri

Sob influência do Projeto Asimow : Cr\$ 6.666.117

Total do Cariri : Cr\$ 8.242.450

$I_8 = 0,80$

BCME - BIBLIOTECA

h) Implantações em Sobral a partir de 1966

$I_9 =$ -----

Implantações nas demais regiões interioranas (com exceção da região do Cariri) a partir de 1966

Sobral: Cr\$ 1.589.574

Outras regiões (com exceção da região do Cariri) : Cr\$3.406.507

$I_9 = 0,46$

j) Implantações em Sobral do PUDINE

$I_{10} =$ -----

Implantações nas demais regiões interioranas (com exceção da região do Cariri)

Sobral/PUDINE : Cr\$ 1.589.574

Outras regiões (com exceção da região do Cariri): Cr\$ 3.406.507

$I_{10} = 0,46$

l) Implantações nas demais regiões interioranas (com exceção da Região do Cariri)

$I_{11} =$ -----

Implantações em Sobral do PUDINE

Sobral/PUDINE: Cr\$1.589.574

Outras regiões (com exceção da região do Cariri) : Cr\$806.409

$I_{11} = 0,51$

Implantações nas demais regiões sem o Projeto Asimow/PUDINE

$I_{12} =$ -----

Implantações em Sobral do PUDINE

Sobral: Cr\$ 1.589.574

Outras : Cr\$ 120.082

$I_{12} = 0,07$

1 - AS RAMIFICAÇÕES DO PROJETO ASIMOW EM OUTROS ESTADOS DO NORDESTE E SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO NACIONAL DO GOVERNO FEDERAL PARA A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

BCME-BIBLIOTECA

1.1 O efeito-demonstração do Projeto Asimow para o Nordeste

Um dos aspectos mais relevantes da vinda do Projeto Asimow para o Estado do Ceará foi a intensidade do efeito-demonstração por ele provocado. A chegada da equipe do professor Asimow ao Cariri despertou na comunidade acadêmica nordestina um vivo interesse. Logo se tratou que acordos semelhantes aquele firmado entre a UFC e a UCLA fossem firmados entre alguns outros estados do Nordeste.

O objetivo deste apêndice não é essencialmente discutir os resultados obtidos pelos Projetos derivados da atuação do Asimow no Cariri. Será visto que, sob este aspecto de desempenho há pouco material de interesse. A análise será concentrada paradoxalmente sobre os pontos de estrangulamento nos aspectos administrativos que se verificaram nos Projetos. Existem semelhanças entre as limitações que impediram os diversos Projetos de terem sido mais produtivos. Assim como

no caso do Projeto Asimow, o PUDINE passou a ser um refinamento da experiência pioneira, agregando para si doses maiores de realismo e de flexibilidade. Torna-se bastante provável, embora a constatação da hipótese não faça parte da pauta dos objetivos deste trabalho, que o volume e a reincidência dos erros analisados na auditoria, pela qual passaram os projetos que se inspiraram no Asimow, tenha sido fator decisivo para a adoção, por parte destes últimos, de caminhos semelhantes aos trilhados pelo Asimow na rota de uma maior adequação às realidades específicas das regiões onde estavam instalados.

Deste modo dar-se-á ênfase às avaliações contidas no documento produzido pela auditoria. (24)

Enfatiza-se que a preferência pela descrição dos pontos deficientes dos projetos não se confunde com uma posição exclusivamente negativa em relação à atuação dos mesmos.

Na própria introdução do documento se revela o espírito que norteou os trabalhos:

BCME-BIBLIOTECA

"Os problemas identificados e as dificuldades que os programas enfrentam não diminuem a importância desse trabalho nem anulam seu mérito. Suas falhas são corrigíveis, mas os frutos serão valiosos para todo o Nordeste." "Pois, nas diversas áreas visitadas, os Programas representam a última esperança de desenvolvimento e de elevação do nível de vida para as populações rurais, conforme o fizeram sentir seus líderes, de vez que esses planos

não se vinculam a meras promessas políticas." (24:2)

1.2 - Os programas de desenvolvimento do Nordeste

1.2.1 - Uniplas - Paraíba

O Uniplas institucionalmente foi criado através de um convênio envolvendo a Universidade Federal da Paraíba e o California State College, em 1963.

Ele possuía os seguintes objetivos:

- a) Formação dos corpos docente e técnico da UFPb;
- b) Formação dos técnicos vinculados às instituições de desenvolvimento do Estado;
- c) Formação dos gerentes e de diretores das empresas industriais do Estado;

d) Estudo das oportunidades industriais do Estado, com ênfase na pequena e média empresa;

e) Desenvolvimento do parque industrial do estado, divulgando-se o princípio da democratização de capital. (24:4)

BCME-BIBLIOTECA

Desta composição se percebe uma nítida semelhança com os objetivos do Projeto Asimow. As pequenas particularidades deveram-se somente à importância concedida ao treinamento dos recursos humanos, vindo à frente mesmo da implantação das indústrias e ao destaque dado para as pequenas e médias empresas.

O Uniplas elegeu como área de atuação as cidades de João Pessoa e Campina Grande e instalou paralelamente dois conselhos municipais de desenvolvimento em Patos e Cajazeiras.

Na própria escolha da região a ser trabalhada já residia um ponto que mereceu uma interrogação:

"Entendemos que as cidades de Campina Grande e de João Pessoa fogem de certo modo aos objetivos do programa ... o desenvolvimento sócio-econômico nessas áreas já está impulsionado e pode caminhar com autonomia" (24:14)

Como foi discutido na seção referente à CODEC no cap.3, a situação pode ser enquadrada dentro de um contexto de reconcentração dentro da desconcentração. Mais que um jogo de palavras, este compor-

tamento significava uma atitude curiosa por parte das agências estaduais de desenvolvimento. No afã de carrear recursos para seus estados, que usualmente os disputavam em desigualdade de condições com os estados mais desenvolvidos do Nordeste, as agências tiravam partido da melhor oferta de recursos humanos e infra-estrutura localizada em seus maiores centros urbanos. Esta atitude tática, se bem facilitava a captação de recursos, reproduzia o problema crucial da concentração agora em âmbito estadual.

A tentativa original da criação dos Conselhos Municipais localizados em Patos e Cajazeiras, a julgar pela citação acima, não mereceu por parte do Uniplas o apoio suficiente para desequilibrar o rol de privilégios concedidos ao eixo João Pessoa - Campina Grande.

Com mais de um ano de atividades o programa Uniplas não realizou nenhuma implantação, tendo apresentado apenas um único projeto à SUDENE na área de fabricação de doces.

Um desempenho passível de críticas, segundo o relatório supracitado, uma das bases que falharam foi a correspondente à preparação dos recursos humanos locais pelo California State College:

"Consta-nos que essa equipe não estava devidamente preparada para receber os cursos a que ia se submeter e que a universidade americana não programara adequadamente os cursos a que ia submeter os estudantes brasileiros." (24:12)

Uma outra base de apoio importante deveria ter sido a qualidade dos técnicos do California State College, quanto a este aspecto temos as seguintes apreciações:

" Quanto à assistência técnica americana, a fim de se evitarem futuras dificuldades para o programa, seria de todo recomendável que na seleção da equipe a ser enviada para o Brasil fossem levadas antes de tudo em consideração a necessidade e adequação de pessoal especializado para cooperar nas atividades dos programas." (24:12)

Percebe-se, então, que a primeira fase do Uniplas passou por alguns problemas de mesmo teor daqueles ocorridos no Projeto Asimow, sendo que é possível imaginar que os verificados pelo Uniplas ainda tenham sido de maior gravidade, desde que para um período longo não houve implantações registradas.

1.2.2 - O Projeto ASA - Alagoas

Eram os seguintes os objetivos do Projeto ASA:

- a) Gerar condições de melhoria para os cursos existentes e para os novos cursos da Universidade Federal de Alagoas;
- b) Assegurar condições para a absorção de novas tecnologias pelas empresas localizadas no Estado;
- c) Implantar indústrias de capital democratizado que auxiliem a superação dos pontos de estrangulamento observados na economia do Estado. (24:18)

Com uma roupagem um tanto diferente, tais objetivos são na essência os mesmos que orientaram o Projeto Asimow. Com a possível exceção da referência aos pontos de estrangulamento, que, como será visto a seguir, pode ter sido usada de uma maneira mais flexível do que o modo habitual.

Os critérios de localização da equipe para o projeto ASA foram os seguintes:

- a) Liderança na comunidade;
- b) Capital disponível . (24:23)

Contrariamente a todas as demais experiências, o projeto ASA deu prioridade à descoberta de cada uma das categorias acima, mesmo que isto causasse uma descentralização das atividades. Daí talvez o uso da expressão pontos de estrangulamento, significando que onde houvesse, pelo menos, um fator de produção o projeto ASA se disporia a colocar sua equipe em atuação para inicializar uma atividade indus-

trial.

Desta descentralização resultou a aprovação de um projeto pela SUDENE, na área de fabricação de cimento, na cidade de São Miguel dos Campos e, uma série de projetos em estudos: um para a cidade de Palmeira dos Índios na área de beneficiamento do milho; um no setor de estruturas metálicas na cidade de Atalaia; fábrica de bicicletas na cidade de Arapiraca; fibras de coco na cidade de Marechal Deodoro e pedras britadas na cidade de Junqueiro. **BCME-BIBLIOTECA**

Uma lista relativamente longa, onde naturalmente, desta coleção, o peso maior vai para a aprovação obtida, sendo os demais estudos citados ilustrativos apenas da mentalidade diversificadora a nível espacial do projeto ASA. Uma observação que deve ser feita é que o Projeto ASA logrou aprovação de um projeto considerado tecnicamente difícil, na área de fabricação de cimento. Lembra-se aqui que este setor foi o responsável pelo maior insucesso relativo do Projeto Asimow na sua fase de implantações, quando da não aprovação do projeto da IBACIP-Indústria Barbalhense de Cimento Portland. Este significativo êxito da equipe de assessoria do projeto ASA é ratificado na seguinte observação do relatório:

"A assistência técnica americana teria se caracterizado especialmente pelo nível de maturidade individual com suas contribuições de idéia e trabalho." (24:21)

Um painel bastante diferente daquele observado no caso do Uniplas.

Um ponto comum no rol das imprecisões cometidas pelos projetos pode ser visto no relato da receptividade da Comunidade da Palmeira dos Índios e de São Miguel dos Campos:

"Em Palmeira dos Índios há um perfeito entendimento da filosofia do programa e da idéia da democratização de capital das empresas, sistema considerado como uma das melhores medidas para o desenvolvimento da região. (...) Nas cidades de São Miguel dos Campos, outra área de atividade do programa, não há a mesma participação da comunidade, devendo-se essa resistência talvez às tradições locais, pois na região, a exploração da monocultura de açúcar é bastante acentuada." (24:22)

Constata-se aqui a mesma inadequação de entrosamento com os valores regionais anteriormente estudada em relação ao Projeto Asimow. No caso especial do projeto ASA não deixa de ser um fato paradoxal que o primeiro projeto a obter aprovação pela SUDENE tivesse como "locus" uma comunidade relativamente desinteressada pelas novas idéias trazidas pelo projeto ASA.

Concluindo, o projeto ASA teve duas contribuições que merecem atenção: uma eficiência maior devido a um corpo técnico de assessores mais preparado e a proposta de desnuclearização espacial de suas atividades.

1.2.3 - O PDI (Programa de Desenvolvimento Industrial) -

Bahia

O PDI nasceu de um convênio entre a Universidade Federal da Bahia e o San Francisco College State.

Eram seus objetivos:

- a) Oferecer oportunidades de treinamento profissional na área de desenvolvimento;
- b) Acelerar a contribuição direta da universidade no processo de desenvolvimento. (24:28)

A forma como o PDI escolheu a localização da sua equipe foi um pouco diferente daquelas vistas anteriormente. Primeiro, foi feita uma divulgação das idéias do Projeto em alguns municípios. A partir daí organizaram-se comitês municipais, cada um deles elegendo um representante. O conjunto desses representantes formaria um Comitê Central que, juntamente com a equipe do Projeto, discutiria a política de implantações a serem feitas no Estado.

A propósito desta estratégia, são os seguintes comentários do relatório:

"Este método funcionou satisfatoriamente no início, enquanto houve a concentração das equipes no campo. Subsequentemente houve uma certa dispersão dos comitês, permanecendo o interesse vivo em apenas poucos chefes de comitês" (24:27)

Quanto a outro aspecto importante, a motivação da comunidade para auxiliar na consecução do projeto, é esse o relato da comissão:

"Inicialmente, houve um aparente acolhimento à idéia de democratização de capital, tendo surgido, posteriormente, uma reação pronunciada contra a limitação de participação conjunta de membros de uma mesma família. Alguns líderes locais colaboraram para a implantação do Programa, enquanto outros em maior número, mantiveram-se indiferentes. O grau de confiança depositado pela comunidade no programa tem sido limitado, prevalecendo uma atitude de condicionamento da mesma aos primeiros resultados concretos a serem apresentados." (24:27)

No parágrafo acima há muitas informações relevantes. A primeira delas, é a concepção plástica que a comunidade tradicional tem do moderno. Quando a idéia da sociedade anônima é apresentada a ela há uma aceitação inicial, contudo, após o momento em que se sabe as limitações que ela oferece para as composições familiares de capital a proposta da sociedade anônima é rechaçada. Outro aspecto importante foi o grau de apatia verificado, observável no fato da minoria das lideranças a nível municipal terem se engajado no Programa. Por último, essencial foi a postura de condicionamento de apresentação de resultados para a cessão de apoio da comunidade.

BCME-BIBLIOTECA

O ceticismo acentuado apresentado na Bahia deixa espaço para a elaboração da hipótese de que alguns resultados negativos do Projeto Asimow já eram do conhecimento das comunidades onde o Projeto cogitava em atuar, daí a excessiva preocupação com a prévia apresentação dos resultados. Admitindo, portanto, esta ocorrência de efeito-demonstração perverso, chega a ser paradoxal que a equipe do PDI tenha operacionalizado as suas ações de um modo praticamente idêntico à primeira experiência do Projeto Asimow, sem preparar a comunidade devidamente para a assimilação dos conceitos que envolvem a prática das sociedades anônimas e flexibilizarem-se para trabalhar também com o modelo tradicional da empresa familiar.

Em face do exposto anteriormente, de uma mostra inicial dos seguintes municípios - São Félix, Cachoeira, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Conceição de Almeida e Castro Alves - os trabalhos do PDI vieram a se concentrar nos municípios de Cruz das Almas e de Cachoeiras, onde, além de condições naturais encontrou-se uma maior receptividade ao Projeto.

Após um ano de funcionamento o PDI não obteve a aprovação formal de nenhum projeto pela SUDENE. Mais uma vez, parcela da explicação deste fato reside na falta da eficiência da equipe técnica visitante, como pode ser constatado a seguir:

"Assim, a equipe brasileira, composta de quatro técnicos e seis estudantes, ficou à disposição da equipe americana, que, entretanto não a utilizou nos estudos de viabilidade das indústrias, apesar de os brasileiros estarem aptos a participar dos trabalhos. Os técnicos foram utilizados em serviços secundários tais como, marcar entrevistas e acompanhar os membros da equipe americana servindo de intérpretes.(...) Notou-se, também, nos contatos com a coordenação, que houve uma desarticulação da equipe americana, quando essa regressou à América sem uma explicação plausível, ressentindo-se o próprio coordenador da equipe americana da falta de assistência técnica que deveria ter recebido da sua universidade ." (24:28-30)

Num local onde a mão-de-obra qualificada era escassa e que o bom planejamento se fazia essencial, as informações referentes às citações acima são concludentes da existência de mau aproveitamento de

recursos no PDI.

Cumulativamente a estes senões o relatório colocou em xeque os requisitos a nível de recursos humanos da universidade americana para a realização do Projeto:

BCME - BIBLIOTECA

"Para o primeiro ano de trabalho, quando o programa não havia selecionado ainda os projetos industriais, é admissível uma equipe composta de cinco professores e nove estudantes graduados. Entretanto, no segundo ano, quando o programa já tem seus projetos definidos e está consciente de suas necessidades relativas à assistência técnica, é inaceitável uma equipe composta por cinco professores e dez estudantes graduados. (...) O trabalho que estes estudantes graduados irão fazer aqui no Brasil poderá ser realizado pelos técnicos brasileiros, visto que não há entre os técnicos americanos nenhum de alto nível" (24:30-31).

Estas avaliações revelam problemas semelhantes aos encontrados na fase inicial do Projeto Asimow na região do Cariri. Ali também foi constatada a ineficiência da equipe de recém-graduados, o excesso de pessoas da equipe visitante e um controle das tarefas intelectuais unicamente por parte da equipe visitante. Também na região do Cariri foi sugerida a maior eficácia de uma equipe menor, mas constituída de

recursos no PDI.

Cumulativamente a estes senões o relatório coloca requisitos a nível de recursos humanos da universidade para a realização do Projeto:

BCME-BIBLIOTECA

"Para o primeiro ano de trabalho ,quando o programa não havia selecionado ainda os projetos industriais, é admissível uma equipe composta de cinco professores e nove estudantes graduados. Entretanto, no segundo ano, quando o programa já tem seus projetos definidos e está consciente de suas necessidades relativas à assistência técnica, é inaceitável uma equipe composta por cinco professores e dez estudantes graduados. (...) O trabalho que estes estudantes graduados irão fazer aqui — no Brasil — poderá ser realizado pelos técnicos brasileiros, visto que não há entre os técnicos americanos nenhum de alto nível" (24:30-31).

elementos mais experientes.

Verifica-se, portanto, que no aspecto relativo à qualidade da assistência técnica recebida o PDI foi representativo de problemas típicos dos convênios realizados entre universidades americanas e nordestinas para orientarem mudanças no desenvolvimento industrial da região

BCME - BIBLIOTECA

1.3 - As repercussões nacionais do Projeto Asimow

Na descrição da atuação dos Projetos de desenvolvimento localizados na Bahia, Paraíba e Alagoas percebe-se um grupo de falhas temáticas. Na transição da atuação do Projeto Asimow da região do Cariri para a região de Sobral é possível perceber que as mudanças concentraram-se essencialmente na resolução dessas temáticas observáveis, também, nas outras experiências.

Assim, a cessão do comando exclusivamente para a equipe brasileira na atuação em Sobral, a ênfase em projetos menores e, também, a assistência técnica configuraram um novo modelo de projetos, mais adequado à realidade nordestina.

Paralelamente a esta maior aceitação e implantação de realismo pela Universidade Federal do Ceará, que por ter sido a instituição precursora, provavelmente teria seu Projeto como modelo para as demais experiências, ocorriam duas mudanças a nível de administração federal que se revelaram cruciais para os destinos dos Projetos de desenvolvimento patrocinados pelas universidades federais, foram elas:

de ser suficientemente forte para retirar os professores de suas estabilizadas áreas de produção do saber e mergulhá-los na atividade plena de riscos e de ocorrência de erros, característica do planejamento industrial.

BCME-BIBLIOTECA

Por último, a nuclearização das universidades federais impediu formalmente o prosseguimento de um tipo de atividade que, para existir, necessitava de uma ampla concentração de recursos, tanto financeiros quanto humanos. De fato, a idéia de equipes inter-disciplinares, pela sua grandeza e profunda interação entre as mais diversas áreas, era atacada em suas bases pelo espírito da departamentalização. Dado que a mudança para a estrutura de departamentos atendia a fins administrativos modernizantes para os objetivos da tecnoburocracia emergente e a fins de controle das atividades políticas dos estudantes por parte do governo federal, os estímulos e poderes institucionais reservados para o desempenho dos projetos foram retirados. Assim o PUDINE encerrou suas atividades no final da década de sessenta, não propriamente por ineficiência e sim por uma conjugação de fatores que viviam interesses que não se submetiam a negociações.

Mas a semente da intervenção estatal visando as pequenas e médias empresas estava cultivada e o governo federal resolveu, através de outras instâncias de sua organização burocrática, criar condições para o seu desenvolvimento. Como foi visto anteriormente, a SUDENE exerceu um trabalho conjunto com o PUDINE de bastante relevância, sendo a partir deste trabalho que a SUDENE decide estruturar o seu departamento de assistência às pequenas e médias empresas. Este departamento iniciou-se em 1967 com uma pesquisa no sentido de indagar as reais motivações dos pequenos e médios empresários. É oportuno lembrar aqui a similaridade de procedimentos com a primeira fase da atuação do

As conclusões desse levantamento apontaram como características básicas dos empresários: a repulsa a interferências nas suas empresas, desconfiança em relação aos órgãos governamentais e fraca capacidade empresarial. (4)

A partir daí, a SUDENE resolveu organizar um plano de assistência que apresentou até julho de 1969 as seguintes realizações:

BCME-BIBLIOTECA

a) Implantação de Núcleos de Assistência Industrial (NAI) nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia;

BCME-BIBLIOTECA

b) Treinamento de 534 empresários em 17 cursos promovidos pelos NAIs;

c) Assistência técnica executada pelos Estados do Nordeste através dos NAIs, sob a coordenação da SUDENE, consistindo em serviços de consultoria prestados às empresas nordestinas.

Uma pauta extremamente calcada naquelas efetivadas pelo Projeto Asimow e PUDINE.

A atenção formal dedicada pela SUDENE para as pequenas e médias empresas nordestinas criou as condições políticas suficientes para a reivindicação da extensão da assistência à nível nacional. Isto deu o com o processo da institucionalização dos NAIs em CEAGs, que correu primeiramente nos estados nordestinos. A partir desta institu-

cionalização regional os CEAGs foram instalados em todo o território nacional, uniformizando um tratamento de assistência que teve suas raízes na experiência pioneira realizada na região do Cariri em 1962.

BCME - BIBLIOTECA

1 - COMPARAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL PROMOVIDA PELO PUDINE
COM A LOCALIZAÇÃO ESPONTÂNEA OCORRIDA NOS ESTADOS DE SERGIPE,
PIAUI, RIO GRANDE DO NORTE E MARANHÃO

BCME-BIBLIOTECA

Comparar o desempenho do Projeto Asimow - PUDINE com a atuação das demais economias nordestinas é uma tarefa por demais permeada de particularidades para fazer parte do contexto deste trabalho. Vimos essencialmente que os estados nordestinos apresentavam uma divisão econômica por ocasião da entrada da SUDENE em ação. A divisão consistia entre os estados que já apresentavam condições infra-estruturais adequadas à industrialização, condições estas que eram usualmente associadas com tamanho de mercado para justificar a implementação de alguns ramos industriais, e aqueles que não dispunham destas condições siamesas.

Sob esta dicotomia seria um pouco menos difícil estabelecer uma rede de similaridades com a qual se pudesse tecer algumas comparações. Por exemplo, compararmos a atuação da industrialização interiorana após o advento do Projeto Asimow - PUDINE com as industrializações dos estados incluídos no segundo tópico do parágrafo anterior. Especificando, compararíamos atuações de estados relativamente desprovidos de infra-estrutura no início da década de sessenta, caso do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí e Sergipe.

Não faria sentido comparar a economia industrial do estado do Ceará, mesmo influenciada pelo projeto Asimow no tópico referente à interiorização com o estado de Pernambuco. Este, com sua tradição industrial vinda desde a atividade dos engenhos de cana-de-açúcar e também pelo volume de recursos gerados nela colocou-se desde muito cedo como abastecedor de um conjunto bastante variado de demandas de bens de consumo não-durável. Portanto, quando da entrada da SUDENE como incentivadora da industrialização, o estado de Pernambuco teve o papel de polo magnetizador na atração do maior volume de recursos destinados à fabricação de bens finais, como vimos na seção 3 do capítulo 3 deste trabalho.

A comparação com o estado da Bahia também não se torna viável, pelo menos para o horizonte temporal deste trabalho, por ter sido um estado que após a entrada da SUDENE em atuação se especializou em atender as demandas de bens intermediários requisitados pelo parque industrial sediado no centro-sul, como visto também na seção 3 do capítulo 3.

Restariam então as comparações com os estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba e Alagoas. Mas aparece um fato dinâmico que se torna um complicador para a análise. Instalado o Projeto Asimow no Ceará, sua proposta inovadora atrai e motiva alguns reitores de universidades federais nordestinas a se mobilizarem para a instauração de projetos semelhantes nas suas áreas de influência. Nesse contexto surgem o UNIPLAS na Paraíba, ASA em Alagoas e o FDI na Bahia, analisados no apêndice C deste trabalho.

O surgimento destes projetos com objetivo semelhante ao Projeto Asimow inviabiliza a comparação simples do tipo: quais as diferenciações introduzidas pelo Asimow no Ceará face aos outros projetos que

não foram assistidos por projetos de desenvolvimento ? A pergunta torna-se improcedente pelo fato de que a assistência foi parcialmente disseminada pela Região.

Dos estados não assistidos, ficamos com Sergipe, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

O estado de Sergipe apresentou no período três implantações, com os seguintes valores de financiamento autorizados pela SUDENE:

a) Aracaju: Companhia de Cimento Portland de Sergipe:

Cr\$7.154.468

b) Estância: Amido Glucose:

Cr\$592.988

c) Sta. Luzia do Ithamny:

Cr\$278.652

O pequeno número de implantações no estado de Sergipe não nos autoriza a fazer comparações de índices. Entretanto, deixamos registrados os valores que mostram o pequeno impacto das implantações do interior em relação à que foi efetivada na capital.

O estado do Maranhão apresenta peculiaridades.

O valor apresentado pela industrialização no interior a nível de implantações é de Cr\$ 21.910.524, enquanto o valor apresentado para as implantações na capital é de Cr\$420.902. À primeira vista, um êxito das industrializações interioranas no estado do Maranhão.

Devem ser feitas, entretanto, algumas ressalvas:

a) A capital do Maranhão ficaria até 1970 sem o acesso à energia da CHESF, elemento decisivo no encarecimento dos custos no setor industrial. Contrariamente às outras capitais dos demais estados nordestinos, São Luís apresentava uma clara deficiência infra-estrutural em relação a algumas cidades do interior do Maranhão que puderam, por questões de relativa proximidade geográfica, contar com os serviços da CHESF em prazos mais reduzidos.

BCME - BIBLIOTECA

b) Dos Cr\$21.910.524 implantados no interior, Cr\$20.423.266 se localizaram em apenas um município e são financiados por capitais pernambucanos. O primeiro deles é a Celulose e Papéis do Maranhão no valor de Cr\$17.689.454. O segundo é a Usina Itapirena no valor de Cr\$2.733.812. Ambos os projetos com características essencialmente voltadas para o mercado externo. Aqui não entraremos em julgamento sobre o mérito ou não das chamadas indústrias de enclave, mas lembramos a polarização entre esta última categoria e a formulação do ideário do projeto Asimow - PUDINE, onde as empresas eram pensadas com o tipo de atuação que satisfizesse também as demandas localizadas na Região.

Desse modo, por serem os pontos de contato entre a experiência de interiorização industrial cearense e maranhense muito débeis, preferiremos deixar apenas as particularidades do caso maranhense mencio-

Para o Estado do Piauí, observaram-se implantações das seguintes magnitudes:

a) Teresina: Cr\$403.486

b) Parnaíba: Cr\$ 139.047

c) Campo Maior: Cr\$ 5.267.102

BCME-BIBLIOTECA

A excentricidade de Campo Maior se deve à finalidade do projeto, um conglomerado de atividades no ramo agroindustrial, passando pela industrialização de carnes até o refinamento de couros, num contexto de magnitude menor, porém semelhante, cabem aqui as mesmas observações feitas para o Estado do Maranhão.(27)

Para o Estado do Rio Grande do Norte, temos os seguintes dados, referentes à implantações,

a) Natal: Cr\$11.271.954

b) Mossoró: Cr\$10.211.321

c) Macau: Cr\$ 3.364.361

d) Lages: Cr\$ 14.596.137

e) Ceará-mirim : Cr\$ 68.262

O caso do Rio Grande do Norte também é bastante especial. Inicialmente, dos Cr\$10.211.321 implantados em Mossoró, Cr\$10.181.110 se devem a um único projeto de industrialização do sal. A este dado se somam as implantações realizadas em Macau (esta sob o comando de capitais paulistas) e Ceará-mirim, ambas destinadas a industrialização do sal. Daí se pode inferir duas conclusões, a primeira delas é que, desde a década de sessenta o sal já era considerado um bem intermediário de extraordinária importância na pauta dos insumos de algumas indústrias. A segunda é que as condições oferecidas pelo Estado do Rio Grande do Norte deveriam apresentar excepcionais vantagens comparativas para justificar tamanho excesso de especialização regional. Enfim, mais uma situação de exceção no processo de interiorização das indústrias no Nordeste.

BCME-BIBLIOTECA

A implantação de Lages, patrocinada por capitais pernambucanos, no ramo da produção de cimento, provavelmente se deu num universo de industrialização de enclave.

Percebemos, através desta coleção de particularidades em relação às industrializações interioranas para os Estados não assistidos por projetos do estilo adotado pelo Ceará, a prevalência de casos especiais que tem por denominador comum unicamente a enclavização das economias do interior dos Estados.

Enfatizada a incapacidade de comparações, dadas as naturezas distintas dos propósitos que estiveram em jogo, fica a conclusão de que o Estado do Ceará, através do Projeto Asimow, inaugurou uma verdadeira rede de intermediação entre atividades supridoras de necessidades regionais e a sua viabilização por parte das agências de desenvolvimento e ao mesmo tempo, minimizou com seus posteriores desdobra-

mentos estaduais, a tendência à exclusividade das iniciativas tendo por base a economia de enclave.

BCME-BIBLIOTECA

BCME

1. ALBUQUERQUE, Teresa Helena Cicco de. **A Ação da SUDENE para o desenvolvimento regional.** Brasília, Ministério do Interior, 1977.
2. ARAGÃO, Elizabeth Fiuza. **Origem e formas de acumulação no Ceará: reflexões a partir da indústria têxtil.** Fortaleza, UFC-NUDOC, 1987. 23p.
3. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **O Nordeste no segundo governo Vargas: depoimento do Dr. Rômulo Barreto Almeida, Presidente da Comissão Incorporadora do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Ex-Presidente do BNB, sobre a criação e a implantação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.** Fortaleza, 1985. 333p. (Documentos do Nordeste, 3)
4. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. **Recursos e necessidades do Nordeste: um documento básico sobre a região nordestina.** Recife, 1964. 666p.
5. CARVALHO, José Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político.** Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979. 292p.

BCME - BIBLIOTECA

6. CEARÁ. Governador. (1963-1967 : Virgílio Távora). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1964 pelo Governador Virgílio Távora.** Fortaleza, Imprensa Oficial, 1964.
7. CEARÁ. Governador. (1963-1967 : Virgílio Távora). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1965 pelo Governador Virgílio Távora.** Fortaleza, Imprensa Oficial, 1965.
8. CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de ação integrada do governo.** [Fortaleza], Departamento de Imprensa Oficial, s.d.
9. CEARÁ. Governo do Estado. **Plano de metas do governo Virgílio Távora: PLAMEG 1963-1966.** s.n.t.
10. COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE.** São Paulo, Ed. Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. 170p. (Coleção Debates, 117)
11. COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ. **Relatório Exercício 1966.** Fortaleza, Tip. Progresso, s.d. 35p.
12. **CONJUNTURA ECONÔMICA.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 26, nov. 1972.

BCME

13. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Assessoria Econômica. **Cadastro industrial do Estado do Ceará.** [Fortaleza], outubro 1967.
14. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 2ªed. São Paulo, Ed. Nacional, 1985. 248p. (Biblioteca Universitária, 2; Ciências Sociais)
15. GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará.** [Fortaleza], Ed. Instituto do Ceará, 1947. (Coleção Instituto do Ceará, 12)
16. GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas de chagueadas no Ceará.** Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1984. 154p.
17. GOODMAN, David Edwin & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste.** Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1974. 394p. (Perspectivas do Nosso Tempo)
- BCME-BIBLIOTECA
18. HIRSCHMAN, Albert O. **Política econômica na América Latina.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
19. IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 4ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1986.
20. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo industrial de 1960:** Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte. VII Recenseamento Geral do Brasil. s-n-t. (Série Regional, III, t.2)
- BCME
21. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. **Estado do Ceará: censos econômicos.** Rio de Janeiro, 1956. (Série Regional, XIV, t.2)
22. MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização.** Trad. Maria Lúcia C. Carvalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 170p. (Estudos sobre o Nordeste, 4)
23. PINTO, Agerson Tabosa. **O Banco do Nordeste e a modernização regional.** Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1977. 158p.
24. PROGRAMAS UNIVERSITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (PUDINE) DO BRASIL. Centro Geral de Documentação e Comunicação. **Relatório conclusivo da Comissão de Avaliação designada pelo CDC da viagem de inspeção e avaliação dos trabalhos do PUDINE (Projetos BIIA) nos Estados do Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia.** Recife, 1965. 111p.

25. RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. 4ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986. 316p.
26. SAMPAIO FILHO, Dorian. **A Industrialização do Ceará: empresários e entidades**. Fortaleza, SENAI/DR-CE. Coordenadoria de Divulgação e Documentação, 1987. 133p. (Publicações SENAI-CE, 2) BCME
27. SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução histórica da economia Piauiense**. Teresina, Imprensa Oficial, 1964. 141p.
28. SMITH, Adam et alii. **A Economia clássica**: textos de Smith, Ricardo e Malthus. Sel. Coord. e Trad. de Fernando Lopes de Almeida e Francisco R. Chaves Fernandes. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978. 223p. (Ensaio de Economia)
29. SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1979. xxii-410p.
30. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**: estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. 3ed. Recife, 1978.
31. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Projetos aprovados pela SUDENE**: com o apoio do sistema 34/18. s.d. 46+18p.
32. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **SUDENE dez anos**. Recife, 1969. 207p. BCME
33. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **III Plano diretor de desenvolvimento econômico e social do nordeste 1966-1968**. Recife, SUDENE, Divisão de Documentação, Setor Gráfico de Reproduções, 1965. 199p. (Série Planejamento)
34. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Departamento de Industrialização. Divisão de Programas Especiais. **Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste do Brasil**. Recife, 1971. 112p.
35. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Programa universitário de desenvolvimento industrial. **Projeto Sobral: plano geral: relatório da primeira etapa**. Fortaleza, 1965.
36. UNIVERSIDADE [FEDERAL] DO CEARÁ. **Diagnóstico sócio-econômico do Ceará**. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1964. v.1 355p.

BCME-BIBLIOTECA